



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
Secretaria de Política Agrícola - SPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Março de 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
Secretaria de Política Agrícola - SPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, DF, 30 de março de 2010

Março de 2010

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AGF - Aquisio do Governo Federal

AN - Ação Nacional

BACEN - Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Social

CAS - Conselho Agropecuário do Sul

CER - Comissão Especial de Recursos

CGEF - Coordenao-Geral de Execução Financeira

CGSR - Comitê Gestor do Seguro Rural

CNPA - Conselho Nacional de Política Agrícola

CNPTIA - EMBRAPA Informática Agropecuária

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

DEAGRI - Departamento de Economia Agrícola

DEAGRO - Departamento de Comercializao e Abastecimento Agrícola e Pecuário

DEGER - Departamento de Gestão do Risco Rural

DOU - Diário Oficial da União

EGF - Empréstimo do Governo Federal

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GAP - Gestão e Administração do Programa

GM - Gabinete do Ministro do MAPA

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA - Instituto Interamericano de Cooperao para a Agricultura

IN - Instrução Normativa

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

LEC - Linha Especial de Crédito

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MF - Ministério da Fazenda

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

OOC - Operações Oficiais de Crédito

PAP - Plano Agrícola e Pecuário

PASS - Programas de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PEP - Prêmio para Escoamento de Produtos
PEPRO - Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PLC - Projeto de Lei Complementar
PLOA - Projeto da Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Pluri Anual
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Procap-Agro - Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias
Procer - Programa de Crédito Especial Rural
Produsa - Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável
Proger Rural - Programa de Geração de Emprego e Renda
PROP - Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas
PSI-BK - Programa de Sustentação de Investimento
PSR - Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
RAP - Restos a Pagar
REDPA - Rede de Condução de Políticas Agropecuárias
RPA - Revista de Política Agrícola
SE - Secretaria Executiva do MAPA
SFA - Superintendência Federal da Agricultura (nos Estados)
SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SPA - Secretaria de Política Agrícola
SPOA - Sub-secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MAPA
TCU - Tribunal de Contas da União
UG - Unidade Gestora
UGE - Unidade Gestora e Executora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, QUADROS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título	Página
Quadro 01 - Programação de Recursos para a Agricultura Empresarial - Safras 2008/2009 e 2009/201018
Quadro 02 -Aplicação de Recursos para a Agricultura29
Quadro 03 - Apoio à Comercialização31
Quadro 04- Dados gerais do programa Gestão da Política Agropecuária35
Quadro 05- Principais Ações do Programa Gestão da Política Agropecuária36
Quadro 06- Dados gerais da Ação 20.605.0360.200E37
Quadro 07- Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.605.0360.200E37
Quadro 08- Eventos Realizados Através da Ação da 20.605.0360.200E38
Quadro 09- Metas e Resultados da Ação 20.605.0360.200E39
Quadro 10 - Dados gerais da Ação 20.122.0360.227239
Quadro11 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.122.0360.227240
Quadro 12 - Recursos aplicados diretamente pela SPA na Ação 20.122.0360.2272 (R\$)40
Quadro 13 - Recursos da Ação 20.122.0360.2272 descentralizados a outras UG's (R\$)42
Quadro 14 - Recursos da Ação 20.122.0360.2272 descentralizados a outras UO's (R\$)43
Quadro15 - Metas e Resultados da Ação 20.122.0360.2272 no exercício44
Quadro16 - Dados gerais do programa 036544
Quadro 17 - Principais Ações do Programa 036545
Quadro 18 - Dados gerais da Ação 20.601.0365.592045
Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.601.0365.592046
Quadro 20 - Metas e Resultados da Ação 20.601.0365.5920 no exercício47
Quadro 21 - Dados gerais da Ação 20.846.0365.099F47
Quadro 22 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.846.0365.099F48
Quadro 23 -Percentuais de subvenção, por modalidade de seguro e culturas beneficiárias48
Quadro 24 - Subvenção paga por produto50
Quadro 25 - Subvenção paga por Estado51
Quadro 26 - Metas e Resultados da ação no exercício51
Quadro 27 - Dados gerais da Ação 20.122.0365.215752
Quadro 28 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.122.0365.215752
Quadro 29 - Metas e Resultados da Ação 20.122.0365.2157 no exercício54

Quadro 30 - Identificação da Unidade Orçamentária54
Quadro 31 - Programação de Despesas Correntes54
Quadro 32 - Programação de Despesas de Capital55
Quadro 33 - Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência55
Quadro 34 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa56
Quadro 35 - Despesas por Modalidade de Contratação56
Quadro 36 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa57
Quadro 37 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa58
Quadro 38-Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo59
Quadro 39 - Execução Física das ações realizadas pela UJ61
Quadro 40 - Composição do Quadro de Recursos Humanos62
Quadro 41 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 200962
Quadro 42 - Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 200962
Quadro 43 - Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 200963
Quadro 44 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Rubrica 339039)64
Quadro 45 - Restos a Pagar de 2009 (Rubrica 339045)65
Quadro 46 - Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas.67
Quadro 47 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.200567

SUMÁRIO

1 Conteúdo Geral	13
1.1. IDENTIFICAÇÃO	13
2. Gestão Orçamentária da Unidade	14
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:	14
2.1.1. Competências	14
2.1.2. Objetivos Estratégicos	15
2.1.2.1. Indicadores de Desempenho	15
2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais:	20
2.2.1. Análise do Mapa/Plano Estratégico	20
2.2.1.1. Detalhamento do Mapa Estratégico	21
2.2.1.2. Contribuição da SPA para o Alcance dos Objetivos Estratégicos	23
2.2.2. Plano de Ação Referente ao Exercício	23
2.2.2.1. Plano Agrícola e Pecuário - PAP 2009/2010	23
2.2.2.2. Objetivos do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010	26
2.2.2.3. Aplicação e Resultados do Plano Agrícola e Pecuário	27
2.2.2.3.1. Políticas de Crédito Rural	27
2.2.2.3.2. Crédito de Custeio e Comercialização	28
2.2.2.3.3. Crédito de Investimento	28
2.2.2.3.4. Desempenho do Crédito Rural	29
2.2.2.3.5. Apoio à Comercialização e ao Abastecimento Agrícola	30
2.2.2.3.6. Instrumentos de Apoio à Comercialização	31
2.2.2.3.6.1. Aquisição do Governo Federal (AGF)	31
2.2.2.3.6.2. Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP)	32
2.2.2.3.6.3. Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas	32
2.2.2.3.6.4. Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PROP)	32
2.2.2.3.6.5. Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PEPRO)	32
2.2.2.3.6.6. Valor de Escoamento de Produto (VEP)	33
2.2.2.3.6.7. Linha Especial de Crédito de Comercialização	33
2.2.2.3.6.8. Venda do Estoque Público	33
2.2.3. Participação em Foros e Estudos Promovidos Por Organismos Internacionais	33
2.2.3.1. Rede de Cooperação para a Análise das Políticas Agropecuárias nos Países do Mercosul, Bolívia e Chile - REDPA	33
2.2.3.2. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE	34
2.2.3.3. Comitê Consultivo Internacional do Algodão	34
2.3. Programas Sob a Responsabilidade da Unidade	35
2.3.1. Relação dos Programas e Suas Principais Ações	35
2.3.1.1. Programa 0360 – Gestão da Política Agropecuária	35

2.3.1.1.1. Ação 20.605.0360.200e – Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária	37
2.3.1.1.1.1. Resultados da Ação 20.605.0360.200e.....	37
2.3.1.1.2. Ação 20.122.0360.2272 – Gestão e Administração do Programa.....	39
2.3.1.1.2.1. Resultados da Ação 20.122.0360.2272.....	40
2.3.1.2. Programa 0365 – Minimização de Riscos no Agronegócio	44
2.3.1.2.1. Ação 20.601.0365.5920 – Zoneamento Agrícola	45
2.3.1.2.1.1. Resultados da Ação 20.601.0365.5920.....	46
2.3.1.2.2. Ação 20.846.0365.099f – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei Nº 10.823, de 2003)	47
2.3.1.2.2.1. Resultados da Ação 20.846.0365.099f	49
2.3.1.2.3. Ação 20.122.0365.2157 – Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros	52
2.3.1.2.3.1. Resultados da Ação 20.122.0365.2157.....	52
2.4. Desempenho Operacional.....	54
2.4.1. Evolução das Receitas e Despesas	54
2.4.1.1. Programação Orçamentária	54
2.4.1.2. Execução Orçamentária	56
3. Recursos Humanos da Unidade	62
3.1. Composição dos Recursos Humanos da Unidade;	62
3.2. Contratos de Terceirização de Mão-De-Obra;.....	62
3.3. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos Instituídos pela Unidade	63
3.4. Situação dos Recursos Humanos da Secretaria	63
4. Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	64
5. Inscrição de Restos a Pagar no Exercício e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;.....	64
6. Transferências Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres, Bem Como a Título de Subvenção, Auxílio ou Contribuição	65
7. Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas	65
8. Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	65
9. Renúncia Tributária.....	65
10. Resultados da Avaliação do Impacto Sócio-Econômico das Operações de Fundos.....	66
11. Determinações e Recomendações do Tcu	66
12. Informações Quanto ao Efetivo Encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dos Dados e Informações Relativas Aos Atos de Admissão e Desligamento, Bem Como Aos Atos de Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão, Exigíveis no Exercício a que Se Refere o Relatório de Gestão, nos Termos do Art. 7º da In/Tcu Nº 55/2007;	66
13. Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos, Bem Como Sobre Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria Firmados Estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parceria - Siconv, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei Nº 11.768, de 14 de Agosto de 2008;	67
14. Outras Informações Consideradas, Pelos Responsáveis, Relevantes para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão;	67
14.1. Despesas com Cartão de Crédito.....	67
15. Informações Contábeis da Gestão	68

__ 15.1. Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	68
__ 15.2. Demonstrações Contábeis Previstas Na Lei Nº 4.320/64, Incluindo as Notas Explicativas;	68
__ 15.3. Demonstrações Contábeis Previstas Na Lei Nº 6.404/76, Incluindo as Notas Explicativas	68
__ 15.4. Participação Acionária	68
__ 15.4.1. Composição Acionária do Capital Social, Indicando Os Principais Acionistas e Respectivos Percentuais de Participação;	68
__ 15.4.2. Investimento Permanente em Outras Sociedades (Investidora);	68
__ 15.5. Parecer da Auditoria Independente Sobre as Demonstrações Contábeis, Quando a Legislação Dispuser a Respeito	69
16 Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins - Vinculadas à Justiça Federal	69

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Política Agrícola - SPA é uma Unidade Jurisdicionada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que tem como objetivo geral formular as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e segurança alimentar.

A Secretaria conta, em sua estrutura, com um Departamento de Economia Agrícola (o DEAGRI), cuja principal atribuição é de subsidiar a formulação de políticas e diretrizes para o setor e acompanhar a implementação das ações governamentais relacionadas à produção agropecuária; com um Departamento de Gestão de Risco Rural (o DEGER), responsável por desenvolver estudos para a formulação e implementação das políticas de gerenciamento do risco do setor agropecuário e o desenvolvimento do seguro rural no País; e com o Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário (o DEAGRO), Unidade que, dentre outras atribuições, coordena a implementação da ação governamental para o abastecimento alimentar e dos demais produtos agropecuários, a distribuição, o suprimento e a comercialização de produtos agropecuários, e o incentivo à comercialização de produtos das cadeias produtivas da agricultura e da pecuária. Cabe, ainda, ao DEAGRO criar instrumentos para promover a utilização eficiente dos meios logísticos de escoamento da produção agropecuária.

A Secretaria elabora anualmente um plano de trabalho denominado Plano Agrícola e Pecuário, que é um documento norteador das políticas e ações a serem implementadas no ano safra (período de julho do ano corrente a junho do ano seguinte), contemplando os recursos financeiros e as políticas a serem implementadas.

O presente Relatório segue a sequencia e estrutura proposta no Anexo II da Decisão Normativa TCU Nº 100, de 7 de Outubro de 2009, sendo que foram necessárias pequenas modificações. Uma delas é o item "Indicadores de desempenho" que foi movido para acompanhar o item "Objetivos estratégicos", já que os indicadores avaliam a realização dos objetivos, sendo, por isso, informações complementares.

Não houve, na Secretaria, o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; informações sobre transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição; entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas; projetos ou programas financiados com recursos externos; e renúncia tributária.

Não se aplicam à Secretaria a avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos; as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64; as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76; a participação acionária; a composição acionária do capital social; a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora); o parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis; e o conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins.

Dentre as realizações da SPA, em 2009, podemos destacar o crescimento de 20,8% do volume ofertado de crédito rural, especialmente a juros controlados, mesmo em uma conjuntura de crise econômica. Os Programas Produsa e do Proger-Rural foram priorizados no Plano Agrícola e Pecuário, tendo apresentado um bom desempenho, demonstrando o acerto das medidas.

Quanto ao apoio à comercialização, podemos destacar a apoio via PEP que atingiu 8 milhões de toneladas, com destaque para o milho, com 4,9 milhões de toneladas, e trigo, com 2,9 milhões de toneladas, correspondendo no conjunto a R\$ 803 milhões. O lançamento de Opções Públicas foi de 4,1 milhões de toneladas, correspondentes a R\$ 2,2 bilhões, também com destaque para o milho, com 3,3 milhões de toneladas. Esses recursos não são geridos pela própria Secretaria, mas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que libera os recursos diretamente à CONAB, como executora, após acerto entre o MAPA, Ministério da Fazenda e CONAB em reunião mensal.

Dos recursos geridos pela SPA, em ações finalísticas, foram aplicados R\$ 178,5 milhões com o pagamento da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, proporcionando a contratação de 46.346 apólices de seguro, dando cobertura para 4,3 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 6,5 bilhões. Em 2009, foi ampliado de 45 para 76 o número de culturas aptas a receber a subvenção. Também, foram elevados os percentuais de subvenção, situando o apoio governamental na faixa de 30 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. Na modalidade agrícola, o limite financeiro foi elevado para R\$ 96 mil. Foram aplicados, também, R\$ 12,2 milhões com o zoneamento agrícola, 88% a mais do que os R\$ 6,4 milhões de 2008, o que permitiu a realização de 379 zoneamentos, superando em 29 estudos a meta que era de 350, possibilitando a incorporação de zoneamentos para o Estado do Pará, até então não disponibilizados. Outros R\$ 309 mil foram executados com o suporte à Comissão Especial de Recursos - CER para decidir sobre os pedidos de cobertura apresentados pelos produtores rurais e indeferidos pelos agentes financeiros, num total de 4.187 processos julgados, sendo R\$ 248 mil com o monitoramento agroclimático no desenvolvimento e manutenção de sistema para o acompanhamento sistemático do efeito clima em diversas culturas.

A expectativa para o exercício de 2010 é que seja um ano de recuperação e crescimento econômico. Nesse contexto, a Secretaria já está elaborando o novo Plano Agrícola.

No apoio à comercialização a ênfase deverá ser para milho e também trigo e arroz. Os recursos acumulados são semelhantes aos de 2009, o que facilita as ofertas de equalização de preços de modo a sustentar a renda dos produtores.

No tocante ao crédito rural, a próxima safra tende a manter o aumento da oferta de recursos para custeio, investimento e comercialização, conforme se tem verificado nos últimos anos. Há, também, a expectativa de manutenção geral das taxas de juros, e condições de financiamento mais favorecidas quando se tratar de ações relacionadas à recuperação de áreas degradadas e fomento a sistemas produtivos sustentáveis.

A priorização de ações ou políticas de crédito voltadas ao desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro continuará sendo reforçada, utilizando-se de mecanismos de financiamento focados em tecnologias mitigadoras de impactos ambientais. Outro foco da política de crédito rural continuará sendo o apoio aos produtores de médio porte, assistidos pelo Proger Rural e o setor cooperativista.

As ações da Secretaria com o Seguro Rural deverão crescer em virtude do aumento do interesse dos produtores na contratação dessa modalidade de garantia, havendo necessidade de reforço orçamentário para as operações de subvenção, visando garantir aos produtores possibilidades de reduzirem os riscos da atividade agrícola.

1 CONTEÚDO GERAL

1.1. Identificação

Poder e órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Política Agrícola - SPA			
Denominação abreviada: SPA			
Código SIORG: 2035	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 420012	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público - Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Atividade de Apoio ao Agronegócio			Código CNAE: 0161-0
Telefone/Fax de contato:	(061) 3218-2505	(061) 3218-2179	Fax: (61) 3224-8414
Endereço eletrônico: spa@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 5º Andar, Sala 501 - CEP: 70043-900 - Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 8.028, de 12 de abril de 1990, alterada pela Lei nº 8.344, de 27 de dezembro de 1991.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Norma que estabelece a estrutura orgânica: Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.348, de 8 de janeiro de 2008, publicado no DOU de 9 de janeiro de 2008.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno: Portaria Nº 17, de 06 de janeiro de 2006, publicada no DOU de 09 de janeiro de 2006.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

2. Gestão Orçamentária da Unidade

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:

2.1.1. Competências

A Secretaria de Política Agrícola (SPA) funciona essencialmente como núcleo estratégico na execução da política agrícola brasileira formulando e orientando políticas públicas para o setor rural. Assumindo essa missão, a SPA assessora o ministro e outros órgãos do Governo no que concerne à política agrícola, além de representar os interesses do País em foros internacionais que se relacionam à sua área de atuação.

Entre as principais incumbências da SPA, destaca-se a de formular as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e segurança alimentar. Nesta Secretaria, proposições e atos regulamentares de ação governamental para o setor agropecuário também são formulados e analisados. É atribuição da SPA supervisionar a elaboração e aplicação dos mecanismos de intervenção governamental referentes à comercialização e ao abastecimento agropecuário. Também compete a esta Secretaria elaborar estudos, diagnósticos e avaliações sobre os impactos da política econômica sobre o sistema produtivo agropecuário, o seguro rural e o zoneamento agropecuário. A SPA administra o sistema de informação agrícola, identifica prioridades, dimensiona e propõe o direcionamento dos recursos financeiros para custeio, investimento e comercialização agropecuária, inclusive dos orçamentários, no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Ela assume a responsabilidade de prover os serviços de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), da Comissão Especial de Recursos (CER) e do Comitê Gestor do Seguro Rural (CGSR).

Compete ainda à SPA participar, em articulação com os demais órgãos do Ministério, de discussões sobre os temas de política comercial externa que abrangem produtos do setor agropecuário e seus insumos. Atendendo a demandas técnicas específicas, auxilia o Ministro da Agricultura na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério; subsidia a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério, e exerce outras atribuições que lhe forem submetidas pelo Ministro de Estado.

Em suas funções internas, a Secretaria promove a implantação dos sistemas de gerenciamento de suas atividades e atualiza o Portal do Mapa com informações técnico-operacionais e

estratégicas que concernem às políticas agrícolas do Governo brasileiro. Apresenta propostas e acompanha a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

A Secretaria de Política Agrícola contribui para a consecução dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura e Abastecimento - MAPA, .

A Secretaria de Política Agrícola contribui para a consecução dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sendo que alguns dos resultados estratégicos constantes do planejamento estratégico do Ministério estão a cargo da Secretaria, tendo como objetivos singulares a formulação e a implementação de políticas que visem:

- Reduzir o custo de financiamento da safra;
- Minimizar o apoio do governo na regulação do preço e da renda;
- Ampliar o número de estudos de zoneamento agrícola e de culturas contempladas;
- Incrementar taxa de produção rural, amparada por seguro.

2.1.2.1. Indicadores de desempenho

SPA.R1.1 - Custo do Financiamento da Safra

Resultado Esperado: 6,23 (%)

Resultado Obtido: 5,33

Objetivo Estratégico Relacionado: buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas voltadas ao agronegócio.

Resultado Estratégico Relacionado: SPA.R1 - Custo do Financiamento da Safra Reduzido

Utilidade: Tendo em vista as características peculiares e inerentes ao setor agropecuário (sazonalidade, riscos climáticos etc), há necessidade de se buscar taxas de juros diferenciadas e mais baixas que aquelas vigentes na economia.

Mensurabilidade: O custo de financiamento da safra consiste na ponderação de diferentes taxas de juros pelos respectivos volumes de recursos. Há recursos obtidos junto às instituições financeiras (recursos controlados e livres) e recursos não registrados no SNCR (próprios e de terceiros).

Fórmula de cálculo: média trimestral da TMFr (soma das taxas trimestrais dividido por 4)

$$TMFr = \{ \sum [(TRC * VRC) + (TRLC * VRLC) + (TRLNC * VRLNC)] / VPR \} / (1+i)$$

TMFr = taxa média de financiamento real

i = taxa inflação 12 meses à frente

TRC = taxa de juros recursos controlados

VRC = volume de recursos controlados

TRLc = taxa de juros recursos livres contabilizados

VRlc = volume de recursos livres contabilizados

TRLNC = taxa de juros recursos livres não contabilizados

O custo real de financiamento médio (preliminar) calculado para o período foi de 5,33% a.a, abaixo da previsão inicial efetuada (6,33% a.a). Considerando que o Indicador é inverso (o objetivo é que a taxa seja a menor possível), a meta foi superada. Os recursos controlados aumentaram 17,9% na safra e a participação no total de recursos também aumentou de 38,7% para 43,3%. Os recursos do Pronaf, cujas taxas de juros são as mais baixas, também aumentaram 15%. Os recursos livres, emprestados à taxas mais elevadas observaram redução na safra; passaram de R\$ 91,9 bilhões para R\$ 89,5 bilhões, com redução de 2,6%. A demanda potencial por recursos passou de R\$ 150,0 bilhões (safra 08/09) para R\$ 158,0 bilhões, na atual safra. Os recursos direcionados à safra e não registrados no SNCR estão estimados em R\$ 78,0 bilhões e compõem o custo de financiamento com taxas mais elevadas. As referências de mercado foram favoráveis à queda de taxa.

SPA.R2.1 - Taxa de Produção Apoiada pela Política de Preços Mínimos e Mecanismos de Comercialização

Resultado Esperado: 5,6 (%)

Resultado Obtido: 12,51 (%)

Objetivo Estratégico Relacionado: Garantir a Segurança Alimentar

Resultado Estratégico Relacionado: SPA.R2 - Preço e Renda Regulados com minimização do apoio do governo

Utilidade: Diminuir as flutuações de preços e a necessidade de intervenção federal

Mensurabilidade: A legislação brasileira define os produtos que fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e para os quais o Governo Federal obriga-se a garantir o preço mínimo estabelecido. A taxa de apoio é tanto maior quanto maior for a queda de preços dos produtos da PGPM

Fórmula de cálculo:

$(\text{Produção apoiada (ton.)} / \text{produção total de produtos elegíveis (ton.)}) * 100$

O resultado final está bem acima da meta estabelecida para o ano. Os preços de mercado, principalmente algodão, trigo e milho, devido aos reflexos da crise internacional e a conseqüente queda nos preços das commodities agrícolas, estiveram abaixo dos valores estabelecidos

pelo Governo Federal para o ano safra 2009/2010, de mais marcadamente no segundo semestre. Nessa situação, houve necessidade de apoio à comercialização de grandes volumes de produção, conforme preconiza a legislação que define a Política de Garantia de Preços Mínimos. Este apoio foi realizado com o uso dos instrumentos de apoio à comercialização por meio de prêmios de subvenção (PEP, PEPRO e PROP), especialmente na região Centro-Oeste do país.

SPA.R2.2 - Índice de Preço de Alimentos ao Consumidor

Resultado Esperado: 3 %

Resultado Obtido: -4,72 (%)

Objetivo Estratégico Relacionado: Garantir a Segurança Alimentar

Resultado Estratégico Relacionado: SPA.R2 - Preço e Renda Regulados com minimização do apoio do governo

Utilidade: Acompanha a variação percentual de preços da cesta básica

Mensurabilidade: Preço mede a relação entre demanda e oferta de produtos. A variação do preço da cesta básica possibilita analisar o abastecimento alimentar e seu acesso pela população

Fórmula de cálculo:

$(\text{Preço da cesta básica no período } x - \text{Preço da cesta básica no período } x-1 / \text{preço da cesta básica no período } x-1) * 100$

A expectativa era de que a cesta básica tivesse um aumento de 3% em 2009, no entanto ocorreu uma redução de 4,72%, em parte motivada pela redução de alguns produtos que tiveram menores preços agrícolas, tais como o feijão (-42,17%), farinha (-16,98%), café (-17,66%), carne (-4,98%), banana (-7,39%), óleo (-5,36%) e manteiga, que tem uma representatividade forte no cálculo da cesta. Por isto a redução no indicador. Melhorando o poder de compra da população.

SPA.R2.3 - Volume de Produção Agropecuária per capita

Resultado Esperado: 931 (kg/hab. no ano)

Resultado Obtido: 990 (kg/hab. no ano)

Objetivo Estratégico Relacionado: Garantir a Segurança Alimentar

Resultado Estratégico Relacionado: SPA.R2 - Preço e Renda Regulados com minimização do apoio do governo

Utilidade: O aumento da produção por habitante em um cenário demandante de produtos permite uma melhor estabilidade dos preços.

Mensurabilidade: Para efeito deste cálculo são considerados:

- Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo
- Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango
- Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva
- Hortaliças: batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate

Fórmula de cálculo: Produção agrícola das culturas consideradas / População

O indicador explicita a relação entre a produção agropecuária nacional e o abastecimento, sendo baseado na premissa de que quanto maior a produção per capita maior será o nível de abastecimento no país. O índice consolidado em 2008 foi de 1.026 kg per capita, frente a 968 kg apurados em 2007. A produção de alimentos foi maior em 2008 em relação a 2007, principalmente, em virtude do aumento na safra de grãos, que cresceu 13,0%, enquanto as carnes e os hortifrutícolas registraram, respectivamente, 2,1% e 2,5% de aumento da produção. Em 2009, o índice apurado foi de 990 kg per capita, em função da menor safra de milho e soja, além de quebra da safra de diversas hortaliças. Para 2010, estima-se que o índice mantenha-se no mesmo patamar de 2009. O cenário para 2010 indica uma diminuição na safra de grãos, mas um aumento na produção de carnes, frutas e hortaliças. Haverá aumento no componente produção do indicador. Esse aumento, entretanto, será anulado pelo crescimento demográfico.

SPA.R2.4 Indicador: Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos

Resultado Esperado: 30%

Resultado Obtido: 139%

Objetivo Estratégico Relacionado: Garantir a Segurança Alimentar

Resultado Estratégico Relacionado: SPA.R2 - Preço e Renda Regulados com minimização do apoio do governo

Utilidade: O acompanhamento da produção dos principais produtos agropecuários (não-alimentícios e não-energéticos) sinalizará se as ações desenvolvidas para manutenção de níveis adequados de abastecimento e preço destes produtos estão atendendo ao objetivo estratégico de aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.

Mensurabilidade: Os produtos considerados foram a borracha, madeira, couro, algodão e fibras (Linho, Juta, Malva e Rami)

Fórmula de cálculo:

Indicador = (valor da produção no ano X - média do valor da produção entre 2000 e 2003) / média do valor da produção entre 2000 e 2003 * 100

Valor da produção do produto n = quantidade produzida x preço

Valor da produção no ano X = soma do valor da produção de n1, n1, n3, nx)

n: nº de produtos.

O acompanhamento da produção dos principais produtos agropecuários (não-alimentares e não-energéticos) sinalizará se as ações desenvolvidas para a manutenção de níveis adequados de abastecimento e preço destes produtos atendem ao objetivo estratégico. Este índice foi revisado e recalculado em dezembro de 2009, o que alterou os valores projetados até 2015.

O índice de 2007, revisado e recalculado, ficou em 121%. Isso significa que o valor da produção dos produtos não-alimentares e não-energéticos daquele ano foi 121% maior que a média de 2000 a 2003, período tomado como base. Em 2008, o valor do índice foi de 139%, um incremento de 14% em relação a 2007. Os principais produtos responsáveis pelo aumento no indicador foram o couro e as madeiras, que apesar de terem registrado queda na quantidade produzida entre 2007 e 2008, tiveram o valor da produção compensado pela valorização do produto. Além desses, o algodão e outras fibras também apresentaram queda na quantidade produzida e foram os únicos produtos a contribuir negativamente para a formação do índice, pois o preço não compensou a queda na produção.

Ainda não se tem dados oficiais consolidados do ano de 2009. Entretanto, sabe-se que o valor da borracha deverá ser menor, pois os preços em 2009 ficaram bem abaixo dos preços registrados em 2008. O mesmo aconteceu com o algodão.

SPA.R3.1 - Portarias de zoneamento agrícola publicadas por ano

Resultado Esperado: 350 (portarias)

Resultado Obtido: 379 (portarias)

Objetivo Estratégico Relacionado: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Resultado Estratégico Relacionado: SPA.R3 - Ampliação no Número de Estudos de Zoneamento Agrícola e de Culturas Contempladas .

Utilidade: A evolução das ações de Zoneamento Agrícola de risco climático tem auxiliado a efetividade da Política de Minimização de Riscos para o agronegócio. O zoneamento agrícola de risco climático é uma ferramenta técnico-científica que visa indicar para cada município a melhor época de plantio das culturas, analisando séries climáticas históricas de no mínimo 15 anos, correlacionadas ao ciclo das cultivares e ao tipo de solo, conforme sua capacidade de retenção de água, de modo a minimizar a chance de que adversidades climáticas coincidam com

a fase mais sensível das culturas. Seguindo-se seus indicativos, existe a probabilidade de ocorrerem 8 anos favoráveis à obtenção de boas safras, num horizonte de 10 anos.

Mensurabilidade: Mede o número de portarias de zoneamento agrícola publicadas por ano

Fórmula de cálculo: N° de portarias de zoneamento agrícola publicados anualmente

A meta de entrega de novos estudos foi superada em 29 estudos em função da incorporação de zoneamentos para o Estado do Pará, até então não previstos e alterações/adiantamento na programação para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2009.

SPA.R4.1 - Taxa de Área Agrícola Amparada por Seguro Rural Subvencionado

Resultado Esperado: 12,12 %

Resultado Obtido: 10,33 % (estimado)

Objetivo Estratégico Relacionado: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Resultado Estratégico Relacionado: SPA.R4 - Taxa Área Agrícola Amparada por Seguro Ampliada

Utilidade: verificação da área agrícola coberta com o seguro rural.

Mensurabilidade: consideramos a área coberta com o seguro rural em relação a área agricultável do país divulgada pelo IBGE.

Fórmula de cálculo: área segurada dividida pela área agrícola.

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:

2.2.1. Análise do mapa/plano estratégico

Para alcançar a Visão de Futuro até 2015 e cumprir a Missão do Ministério, ambas aliadas às tendências globais e do agronegócio e seus impactos no Mapa e às demandas de seus públicos de interesse, foi elaborada uma estratégia que indica claramente qual o caminho a ser trilhado pelo Mapa e quais os grandes desafios que terão de ser vencidos.

A estratégia do Mapa foi sintetizada em um Mapa Estratégico, que é uma representação gráfica do conjunto de desafios, ou Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão. Tais objetivos estratégicos foram distribuídos horizontalmente em perspectivas de análise, cada uma delas focando os desafios do Ministério a partir de determinado ângulo, embora sempre mantendo a relação de causalidade com as outras. As perspectivas de análise são:

a) Perspectiva da Sociedade, que contém os Objetivos Estratégicos, retratando o que o Mapa pretende atingir mediante o olhar do Poder Executivo e da sociedade como um todo.

b) Perspectiva do Agronegócio e Parceiros, com o conjunto de Objetivos Estratégicos a serem atingidos pelo Mapa para ter o reconhecimento dos parceiros (dos Três Poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto os agentes como os representantes).

c) Perspectiva de Processos Internos, agrupando os Objetivos Estratégicos que a instituição terá de alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, seu reconhecimento.

d) Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, que congrega os Objetivos Estratégicos focando o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base à execução dos processos organizacionais.

Enquanto as perspectivas de Sociedade e do Agronegócio e Parceiros trazem os pontos de vista de públicos de interesse externos ao Mapa, as perspectivas de Processos Internos e de Pessoas, Aprendizado e Crescimento trazem os pontos de vista de dentro da organização. O mapa estratégico traduz como o Ministério terá de se organizar para atender a todos os públicos de todas as perspectivas de forma satisfatória, criando, dessa forma, uma visão equilibrada entre o que se demanda do Ministério e os meios e as condições para suprir tais demandas.

Os Objetivos Estratégicos foram ainda agrupados verticalmente por temas, que são os pilares do planejamento do MAPA. Cada tema reúne objetivos em relações de causa e efeito entre eles e perpassa por todas as perspectivas. Podem ser citados os seguintes temas: Informação, Produtos e Serviços, Articulação e Promoção, Excelência Administrativa e outros.

2.2.1.1. Detalhamento do Mapa Estratégico

Missão: Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.

Visão de Futuro (2015): Ser Reconhecida pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

Objetivos Estratégicos:

➤ **Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento**

- Quanto à Informação e Conhecimento
 - ✓ Melhorar a gestão da informação e do conhecimento
- Quanto ao Ambiente de Trabalho
 - ✓ Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares
 - ✓ Desenvolver cultura orientada a resultados
 - ✓ Desenvolver comunicação interna ágil e eficaz
- Quanto às Pessoas
 - ✓ Desenvolver e reter competências do corpo funcional
- **Perspectiva de Excelência Administrativa**
 - ✓ Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA
 - ✓ Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira
 - ✓ Melhorar continuamente a infra-estrutura e os processos de trabalho
- **Perspectiva de Processos Internos**
 - Quanto à Informação
 - ✓ Aprofundar o Conhecimento sobre o agronegócio
 - ✓ Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação
 - ✓ Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio
 - Quanto a Produtos e Serviços
 - ✓ Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio
 - ✓ Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
 - ✓ Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias
 - ✓ Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária
 - Quanto à Articulação e Promoção
 - ✓ Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA
 - ✓ Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA
 - ✓ Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas
- **Perspectiva do Agronegócio e Parceiros**
 - ✓ Ser Referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio
 - ✓ Ser Excelente na Implementação de Políticas e Prestação de Serviços para o Agronegócio
 - ✓ Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio
- **Perspectiva da Sociedade**
 - ✓ Garantir a Segurança Alimentar

- ✓ Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não-alimentares e não-energéticos
- ✓ Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética
- ✓ Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

2.2.1.2. Contribuição da SPA para o alcance dos objetivos estratégicos

Através de seus Programas, Ações e Atividades, a Secretaria de Política Agrícola contribui para o alcance de praticamente todos os objetivos estratégicos do Ministério.

A formulação e implementação dos diversos mecanismos da política de crédito agrícola reduzem o custo médio de financiamento da safra, contribuindo para realizar o objetivo estratégico "Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação de Políticas Públicas para o Agronegócio" e "Garantir a Segurança Alimentar".

Ao realizar estudos de zoneamento agroclimático e ao subvencionar o seguro rural, também contribui para a consecução desses objetivos.

Podemos citar, ainda, as políticas de preços mínimos e regulação de estoques públicos, que propiciam melhor renda ao produtor, bem como preços menores para os consumidores, contribuindo para a realização dos objetivos estratégicos "Garantir a Segurança Alimentar" e "Ser Excelente na Implementação de Políticas e Prestação de Serviços para o Agronegócio".

No campo da articulação e promoção, a Secretaria tem um papel fundamental na medida em que integra os anseios das diversas instituições e pessoas representativas das várias camadas do agronegócio, promovendo o setor, melhorando a imagem do MAPA e contribuindo para o objetivo estratégico "Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio"

2.2.2. Plano de Ação Referente ao Exercício

A Secretaria de Política Agrícola elabora, anualmente, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP, que é um instrumento contendo as diretrizes e ações da política agropecuária para o período de julho a junho do ano subsequente.

2.2.2.1. Plano Agrícola e Pecuário - PAP 2009/2010

A safra 2009/2010 iniciou-se num cenário de recuperação da economia mundial. Com medidas emergenciais, o governo brasileiro devolveu a liquidez ao sistema financeiro e intensificou os instrumentos de apoio à produção, por meio do crédito rural, e à comercialização, além de incrementar os mecanismos de incentivo ao acesso ao seguro rural.

O PAP contém as diretrizes e ações da política agropecuária para a safra 2009/2010, compreendida entre 1º de julho de 2009 e 30 de junho de 2010. No Plano Agrícola e Pecuário, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) desenvolve mecanismos para responder aos novos desafios, conjugando mais produtividade e crescimento com uma atenção especial às questões socioambientais.

Contando com um orçamento de R\$ 107,5 bilhões – 37% a mais do que o orçamento destinado ao setor na safra passada –, a safra 2009/2010 destina R\$ 92,5 bilhões à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à familiar. Dessa forma, o governo federal mais do que quadruplicou a disponibilidade de crédito rural nos últimos seis anos, passando de R\$ 24,7 bilhões em 2002/2003 para R\$ 107,5 bilhões nesta safra. Somente para a agricultura empresarial, o volume de recursos cresceu 42,3% em comparação com o ciclo passado.

Os recursos para custeio e comercialização, com taxas de juros controlados, subiram 20,2 %, alcançando o valor recorde de R\$ 54,2 bilhões. O PAP inclui também novas linhas de financiamento que favorecem o produtor, a ampliação de limites de crédito e a inclusão de novas possibilidades de financiamento nas linhas de crédito disponíveis.

Com o intuito de aumentar a liquidez e reduzir os custos financeiros para o produtor rural, preparando um melhor cenário para esta safra, o governo antecipou R\$ 10 bilhões destinados ao financiamento de cooperativas, agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, por meio do Programa de Crédito Especial Rural (Procer) além de R\$ 2,31 bilhões para a estocagem de álcool etílico. Essa medida foi uma rápida resposta à crise financeira internacional, de forma a beneficiar o setor antes mesmo da vigência oficial da safra corrente.

Dentre as principais prioridades para esta safra, destacam-se o incentivo ao médio produtor rural, à agricultura sustentável e ao cooperativismo. Por isso, o PAP 2009/2010 ressalta as seguintes medidas:

- Ampliação do alcance do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), focado no apoio ao médio produtor rural;
- Com mais notoriedade e capacidade de ser utilizado pelos produtores rurais, o Proger, que estimula a recuperação de áreas degradadas (incluindo pastagens) e ações voltadas à implementação da agropecuária sustentável, vai continuar beneficiando produtores rurais;
- Um maior apoio às cooperativas, por meio de um novo programa, o Proger-Agro.

No que diz respeito à comercialização e ao abastecimento, foi disponibilizado um orçamento de R\$ 5,2 bilhões – R\$ 2,3 bilhões para aquisições diretas e R\$ 2,9 bilhões para equalização de preços. Foram reajustados os preços dos principais produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), assim como de produtos extrativos, fundamentais para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades tradicionais.

A cafeicultura e a agroenergia, setores consolidados, estratégicos e promissores, estão sendo apoiados, assim como o setor frutícola, cuja agroindustrialização agrega valor e regulariza a oferta, com a consequente melhoria de renda do produtor. Para a fruticultura, o limite de crédito de custeio foi aumentado em 50% e ampliou-se a Linha Especial de Crédito (LEC) para apoiar a comercialização de produtos derivados de maçã, pêssego, manga, goiaba, maracujá e abacaxi, frutas de grande expressão econômica e com forte demanda pelas indústrias de sucos e polpas.

Buscando diminuir a dependência externa de matérias-primas importadas, para a produção de fertilizantes, o Mapa também apresenta, para a safra 2009/2010, medidas que incentivam a busca de novas jazidas e o início da exploração de jazidas já avaliadas e conhecidas de fósforo e potássio. Uma maior disseminação do uso do calcário agrícola para a correção do solo também é meta importante para a safra 2009/2010. Por isso esse insumo foi incorporado aos itens do orçamento do custeio.

Outra frente importante que adquire cada vez mais força é o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), por meio do qual parte do prêmio do seguro rural contratado pelo produtor é pago pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No primeiro semestre de 2009 foram comprometidos R\$ 58 milhões de recursos do PSR contra R\$ 14 milhões do mesmo período do ano anterior, o que representa um crescimento da ordem de 314%.

Em 2009, a meta prevista pelo PSR foi atender a 90 mil produtores e dar cobertura securitária para 8,1 milhões de hectares, quase o dobro do verificado em 2008. Para atingir esse objetivo o Governo encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei solicitando recursos adicionais no montante de R\$ 90 milhões, que adicionados aos R\$ 182 milhões já disponibilizados ao Programa objetivavam atender a demanda das seguradoras e produtores rurais, da ordem de R\$ 272 milhões.

Apesar do excepcional crescimento que vem sendo observado na contratação de seguro rural, observou-se a necessidade de se divulgar índices de produtividade das culturas, segundo o nível de tecnologia utilizado pelos produtores, em cada município, de forma a propiciar às seguradoras e resseguradoras condições de ofertar produtos de seguros que venham ao encontro dos reais interesses

do produtor. Para esse fim, o Mapa está mantendo entendimentos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o mercado segurador e com o setor acadêmico para desenvolver estudos que possibilitem a divulgação oficial dos índices de produtividade.

Outra iniciativa importante para consolidar o seguro rural no Brasil é a aprovação do Projeto de Lei Complementar - PLP Nº 374/2008, que institui um fundo para cobrir parte dos sinistros decorrentes de eventos climáticos considerados catastróficos. Com isso, as seguradoras e resseguradoras terão condições para aumentar a oferta de produtos de seguro rural nas regiões de clima mais instável ou para aquelas culturas mais suscetíveis a eventos climáticos adversos, uma vez que a saúde financeira de suas carteiras não ficará comprometida na hipótese da ocorrência de tais eventos, já que o fundo pagará parte dos sinistros.

2.2.2.2 Objetivos do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010

- Aumentar o volume total de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sobretudo a taxas controladas;
- Melhorar a liquidez do produtor rural;
- Reduzir os custos financeiros para o produtor;
- Apoiar a comercialização dos produtos da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM);
- Ampliar a cobertura do seguro rural;
- Ampliar a abrangência do zoneamento agrícola de risco climático;
- Reforçar o apoio ao médio produtor rural por meio de modificações no Proger Rural;
- Fortalecer as cooperativas do setor agropecuário;
- Estimular o desenvolvimento sustentável da agropecuária;
- Recuperar áreas degradadas para reduzir a pressão pelo desmatamento e aumentar os níveis de produtividade;
- Estimular o uso do calcário agrícola;
- Reduzir a dependência da importação de fertilizantes;
- Estimular a produção extrativista;
- Incentivar sistemas de produção sustentáveis, como o orgânico e o de Integração lavoura pecuária;
- Fortalecer a produção de biocombustíveis.

2.2.2.3. Aplicação e Resultados do Plano Agrícola e Pecuário

2.2.2.3.1. Políticas de Crédito Rural

A SPA mantém um intercâmbio sistemático de informações com representantes das principais instituições financeiras que participam do Sistema Nacional de Crédito Rural, e de órgãos públicos envolvidos com o tema, a fim de possibilitar o acompanhamento periódico das aplicações de crédito no setor agroindustrial. Para alcançar esse objetivo, realiza reuniões mensais com as instituições, colhendo dados sobre a aplicação dos recursos nas modalidades de custeio, comercialização e investimento, que são reunidos, consolidados, analisados e divulgados. Esta ação envolve os técnicos da Coordenação-Geral de Análises Econômicas - CGAEC, do Departamento de Economia Agrícola - DEAGRI, da Secretaria.

Dentre as principais metas para esta safra, destacam-se o incentivo ao médio produtor rural, à agricultura sustentável e ao cooperativismo. Por isso, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP 2009/2010 é marcado também por novas medidas que aumentam o alcance do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), focado no apoio ao médio produtor rural. Com mais notoriedade e capacidade de ser utilizado pelos produtores rurais, o Produsa, que estimula a recuperação de áreas degradadas (incluindo pastagens) e ações voltadas à implementação da agropecuária sustentável, vai continuar beneficiando produtores rurais. Um maior apoio às cooperativas, por meio de um novo programa, o Procap-Agro, também faz parte desse novo Plano Agrícola e Pecuário.

O Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 prevê a aplicação de R\$ 108,0 bilhões no crédito rural. Para a agricultura empresarial está programada a aplicação de R\$ 93,0 bilhões, (Quadro 01), valor 43,1% superior ao programado para a safra anterior. Para a agricultura familiar serão alocados R\$ 15,0 bilhões.

Quadro 01 - Programação de Recursos para a Agricultura Empresarial

Safras 2008/2009 e 2009/2010

Fonte de recursos ou programas	Programação (em R\$ bilhões)		Var(%) (b)/(a)
	2008/2009	2009/2010	
	jul/08 a jun/09	jul/09 a jun/10	
	(a)	(b)	
1. Custeio e Comercialização	54,80	66,20	20,8
1.1. Juros controlados	45,05	54,20	20,3
1.2. Juros livres	9,75	12,00	23,1
2. Investimento	10,20	14,50	42,2
2.1. Programas do BNDES	6,50	10,00	53,8
2.2. Demais Fontes/Programas	3,70	4,50	21,6
3. Linhas Especiais a juros controlados	-	12,30	-
4. AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2+3)	65,00	93,00	43,1

Fonte: RECOR/BACEN, BNDES, BB BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

Elaboração: MAPA/SPA/DEAGRI

Data de elaboração: 25/01/2010

2.2.2.3.2. Crédito de custeio e comercialização

A oferta de recursos com taxas controladas foi ampliada em 20,3% na safra 2009/2010, passando para R\$ 54,2 bilhões. Foi mantida a taxa de juros controlados para a agropecuária em 6,75% ao ano para a maioria das linhas de crédito para a agricultura empresarial. O montante destinado ao custeio e comercialização da safra 2009/2010 foi de R\$ 66,2 bilhões.

2.2.2.3.3. Crédito de investimento

Do orçamento de R\$ 14,5 bilhões para investimento, está programada a aplicação de R\$ 10,0 bilhões nos programas de investimento administrados pelo MAPA, com recursos do BNDES, R\$ 3,5 bilhões dos Fundos Constitucionais e R\$ 1,0 bilhão para o Proger Rural a taxas de juros favorecidas.

Está programado, também, R\$ 12,3 bilhões em Linhas Especiais a juros controlados, com recursos do BNDES, para aplicação nos Programas de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS) e de Crédito Especial Rural (Procer), com o objetivo de promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuário brasileiros.

Uma outra linha especial a juros controlados ofertada para estimular a compra de máquinas agrícolas está inserida no Programa de Sustentação de Investimento - BNDES PSI-BK .

2.2.2.3.4. Desempenho do crédito rural

No período julho-dezembro/09, foram aplicados no setor rural R\$ 47,9 bilhões, o que representou acréscimo de 18,4% em relação ao mesmo período da safra anterior. Desse total, a Agricultura Empresarial recebeu R\$ 41,1 bilhões (Quadro 02) e a Agricultura Familiar, R\$ 6,8 bilhões.

**Quadro 02 - Aplicação de Recursos para a Agricultura
Safra 2008/2009 E 2009/2010**

Fonte de recursos ou programas	Aplicação (em R\$ bilhões)		Var(%)
	2008	2009/2010	
	jul/08 a dez/08	jul/09 a dez/10	(b)/(a)
	(a)	(b)	(b)/(a)
1. Custeio e Comercialização	29,62	33,90	14,5
1.1. Juros controlados	23,43	27,34	16,7
1.2. Juros livres	4,53	5,72	26,5
1.3. Fundos Constitucionais	1,66	0,84	-49,5
2. Investimento	5,00	5,03	0,5
2.1. Programas do BNDES	2,04	1,86	-9,2
2.2. Demais Fontes/Programas	2,96	3,17	7,2
3. Linhas Especiais a juros controlados	-	2,19	-
4. AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2+3)	34,62	41,12	18,8
5. Agricultura Familiar (Pronaf)	5,85	6,78	15,9
6. AGRICULTURA TOTAL (4 + 5)	40,47	47,90	18,4

Fonte: RECOR/BACEN, BNDES, BB BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

Elaboração: MAPA/SPA/DEAGRI

Data de elaboração: 25/01/2010

Embora observado o aumento de 18,8% no volume de recursos aplicados (julho a dezembro), a agricultura empresarial contou, no período, com um percentual acumulado de desembolso (aplicação/programação) de 44,2%, inferior ao nível observado na safra passada, de 53,3%, uma vez que a programação para a safra 2009/2010 foi significativamente superior.

A aplicação total de recursos no mesmo período em custeio e comercialização foi de R\$ 33,9 bilhões, ou seja, 14,5% a mais com relação à safra passada.

Os recursos para investimentos mantiveram-se no mesmo patamar do que foi aplicado e totalizaram no período julho-dezembro/09, R\$ 5,0 bilhões.

Os programas de investimento com recursos repassados pelo BNDES totalizaram, no período, R\$ 1,9 bilhão, inferior em 9,0% do que foi aplicado na safra passada. Esse recuo é explicado pela concorrência representada pelo PSI-BK, cujas condições de financiamento são mais favoráveis do

que as dos Programas regulares de investimento com recursos do BNDES, ou seja, juros a 4,5% a.a. e prazo de reembolso de até 10 anos.

2.2.2.3.5. Apoio à Comercialização e ao Abastecimento Agrícola

Especificamente no apoio à comercialização, a SPA segue trazendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. O orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC) para aquisições, despesas e equalização de preços agrícolas para o ano de 2009 foi de R\$ 5,2 bilhões. Desse total, R\$ 2,3 bilhões estavam destinados para Aquisição do Governo Federal (AGF), inclusive oferta de contratos de opção e R\$ 2,9 bilhões para equalização de preços agrícolas. A receita com a venda dos estoques públicos atingiu R\$ 254,6 milhões. Os mecanismos de aquisição de produtos e de equalização de preços totalizaram, em 2009, a comercialização de 15,7 milhões de toneladas de grãos, fibras e outros (algodão, arroz, fécula, feijão, leite de vaca, milho, sisal, sorgo, trigo e vinho vinífera), num total de R\$ 3,3 bilhões de recursos aplicados.

Buscando o fortalecimento de sistemas produtivos da sociobiodiversidade, alguns produtos foram incluídos na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, entre eles a amêndoa de babaçu, borracha natural extrativista, castanha-do-Brasil, fruto do pequi, fruto do açáí e a fibra de piaçava.

A Conab, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, realizou estudos de mercado, levantamentos de custos e palestras nas regiões produtoras a fim de mobilizar as comunidades, esclarecer dúvidas e a forma de atuação governamental. As operações, em sua maioria, são direcionadas às cooperativas e associações que congregam extrativistas, de forma a promover o fortalecimento dessas organizações e viabilizar a efetiva operacionalização do programa.

Em 2009, foram executados R\$ 1.068.420,70 (um milhão sessenta e oito mil quatrocentos e vinte reais e setenta centavos) em subvenções da PGPM Bio para amêndoa de babaçu, borracha natural extrativista e castanha-do-brasil, beneficiando o total de 3.508 famílias nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, e Rondônia. É fundamental destacar que as comunidades beneficiadas encontram-se, em sua maioria, em situação de pobreza, sem acesso aos serviços públicos básicos, portanto, os impactos das ações implementadas são bem mais elevados do que o representado pelo montante de recursos aplicados.

A SPA desenvolve atividades de apoio à comercialização, cujas operações são realizadas pela Conab, e atividades de programação de recursos de crédito rural para custeio e investimento no agronegócio.

Abaixo estão descritos os principais resultados alcançados pelas políticas orientadas por esta Secretaria.

Quadro 03 - Apoio à Comercialização - 2009

Produto	Aquisição (AGF)		Opção Pública		PEP		PEPRO		TOTAL GERAL	
	R\$/milhões	(t) mil	R\$/milhões	(t) mil	R\$/milhões	(t) mil	R\$/milhões	(t) mil	R\$/milhões	(t) mil
Algodão							549,9	792,2	549,9	792,2
Arroz	0,2	0,3	405,9	668,6					406,1	668,9
Fécula	0,8	1,1							0,8	1,1
Feijão	212,3	158,6			5,9	50,1	2,1	16,7	220,3	225,4
Leite vaca					13,8	169,5			13,8	169,5
Milho	227,4	928,0	943,7	3.270,1	322,3	4.875,1	96,2	1.813,0	1.589,6	10.886,2
Sisal	11,0	10,7							11,0	10,7
Sorgo	1,3	6,1							0,7	3,0
Trigo	24,9	51,8			437,6	2.878,0			462,5	2.929,8
Vinho Vinífera					23,6	36,7			23,6	36,7
TOTAL	477,9	1.156,6	1.349,6	3.938,7	803,2	8.009,4	648,2	2.621,9	3.278,3	15.723,5

Fonte: AGF www.conab.gov.br

2.2.2.3.6. Instrumentos de apoio à comercialização

2.2.2.3.6.1. Aquisição do Governo Federal (AGF)

Instrumento de aquisição de produto agrícola pelo Preço Mínimo de Garantia do Governo Federal. Para se beneficiar deste instrumento, o produtor deverá depositar a quantidade de produto que deseja vender ao Governo Federal em um armazém credenciado pela Conab. O produto deve estar limpo, seco e classificado. A operação é feita por intermédio da própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em 2009 foram adquiridas 1.156,6 mil toneladas de produtos agrícolas, sendo 0,3 mil t de arroz, 1,1 mil t de fécula, 158,6 mil t de feijão, 928,0 mil t de milho; 10,7 mil t de sisal; 6,1 mil t de sorgo e 51,8 mil t de trigo.

Tais operações demandaram o total de R\$ 477,9 milhões, sendo aplicados na compra de arroz (R\$ 0,2 milhões), de fécula (R\$0,8 milhões), de feijão (R\$ 212,3 milhões), de milho (R\$ 227,4 milhões), de sisal (R\$ 11,0 milhões), de sorgo (R\$ 1,3 milhões) e de trigo (R\$ 24,9 milhões).

2.2.2.3.6.2. Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP)

Visa garantir ao produtor o Preço Mínimo, sem que o Governo tenha a necessidade de adquirir o produto por AGF. Além disso, com esse mecanismo, o Governo pode conduzir uma política de complemento do abastecimento para regiões com déficit nesta área e melhorar a distribuição espacial dos produtos agrícolas, sem a necessidade de comprá-los. Em 2009 foram escoados 8.009,4 mil toneladas com operações de PEP assim distribuídas: 50,1 mil t de feijão, 169,5 mil t de leite de vaca, 4.875,1mil toneladas de milho, 2.878,0 mil toneladas de trigo e 36,7 mil toneladas de vinho vinífera. O Governo desembolsou nessas operações o total de R\$ 803,2 milhões sendo R\$ 5,9 milhões com feijão, R\$ 13,8 milhões com leite de vaca, R\$ 322,3 milhões com milho, R\$ 437,6 milhões com trigo e R\$ 23,6 milhões com vinho vinífera.

2.2.2.3.6.3. Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas

O instrumento visa sinalizar o preço futuro de mercado para os produtores, e representa uma garantia de preço. O Contrato de Opção Pública funciona como um seguro ao produtor contra a queda de preços e permite ao Governo indicar ao mercado a expectativa de preços do Governo, com o objetivo de estabilizar a renda do produtor e os preços ao consumidor. Em 2009 o Governo comprou por esse mecanismo 3,9 milhões de toneladas de produtos agrícolas, com um desembolso de R\$ 1.349,6 milhões.

2.2.2.3.6.4. Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PROP)

Mecanismo idêntico ao Contrato de Opção de Venda do Governo. A diferença é o lançamento do prêmio por empresas privadas, interessadas em comprar o produto. O governo garante a operação dentro de determinados limites.

2.2.2.3.6.5. Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PEPRO)

O Mecanismo oferece ao produtor rural e/ou sua cooperativa a possibilidade de vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do prêmio equalizado arrematado em leilão. Em 2009 foram comercializadas 2.621,9 mil toneladas, sendo 792,2 mil t de algodão, 16,7 mil t de feijão e 1.813,0 mil t de milho com gastos, para o Governo,

de R\$ 648,2 milhões, sendo R\$ 549,9 milhões com algodão, R\$ 2,1 milhões com feijão e R\$ 96,2 milhões com milho.

2.2.2.3.6.6. Valor de Escoamento de Produto (VEP)

O Valor de Escoamento de Produto (VEP) tem o mesmo objetivo do PEP no que se refere ao abastecimento, mas é executado com estoques do governo.

2.2.2.3.6.7. Linha Especial de Crédito de Comercialização

Instrumento de apoio à comercialização dos produtos amparados pela PGPM a critério dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda. Visa aumentar a liquidez na comercialização, em complemento ao tradicional EGF. A vantagem dessa linha de crédito é a maior flexibilidade operacional do financiamento a preços acima do Preço Mínimo de Garantia, que é base do EGF. Dessa forma, o tomador pode levantar um volume maior de recursos para compra e estocagem do produto.

2.2.2.3.6.8. Venda do Estoque Público

É feita por meio de leilões operados pela Conab, para regular o abastecimento e o preço dos produtos agrícolas no mercado. Em 2009 foram vendidos estoques remanescentes de safras passadas, cuja receita foi da ordem de R\$ 254,6 milhões.

2.2.3. Participação em Foros e Estudos Promovidos por Organismos Internacionais

2.2.3.1. Rede de Cooperação para a Análise das Políticas Agropecuárias nos Países do MERCOSUL, Bolívia e Chile - REDPA

O Conselho Agropecuário do Sul-CAS foi criado pelos Ministros da Agricultura dos Países do Mercosul, mais Chile e Bolívia, para possibilitar a ação conjunta dos Ministros desses países em suas áreas de atuação. Para facilitar essa integração, foi criada a - REDPA, compostas por representantes das áreas de economia agrícola dos países integrantes reunidos em vários grupos.

Em 2008, a SPA participou de 2 reuniões do CAS e 3 do REDPA. Os principais assuntos discutidos no fórum do CAS foram a superação da crise econômica entre os países membros e políticas adotadas tendo em vista as mudanças climáticas. No fórum do REDPA, a SPA teve 3 participações durante 2009 e os principais assuntos discutidos foram o projeto "fortalecimento do sistema de informações (projeto BRP - BID - CAS) e as políticas de riscos agropecuários, além da preparação para as reuniões do CAS.

2.2.3.2. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE

O Brasil é membro observador da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e, como tal, acompanha e participa dos debates acerca dos grandes temas de política agrícola, desfrutando atualmente o status de “país de relacionamento aprofundado”.

As reuniões promovidas pela Organização baseiam-se em documentos elaborados pelos representantes dos países participantes ou pelo Secretariado da OCDE e representam uma oportunidade para que as partes interessadas possam conhecer detalhadamente as políticas implementadas por países de expressão no cenário econômico internacional, bem como debatê-las.

Os estudos e relatórios gerados pelo Comitê de Agricultura constituem marco de referência para as demais organizações internacionais e governos nacionais, e influem na formação da opinião internacional, podendo, ainda, se constituir em vantagens ou constrangimentos em outros espaços da participação brasileira como, por exemplo, nas negociações junto à OMC.

Em 2009, a SPA participou das reuniões ordinárias do Comitê de Agricultura e do Fórum Mundial sobre Agricultura, quando foram examinadas as atividades realizadas pela OCDE e as propostas de trabalho para 2010, bem como a evolução da agricultura e das políticas agrícolas dos países emergentes, inclusive do Brasil.

A delegação brasileira discorreu sobre a evolução do agronegócio do país, com destaque para o aprimoramento de sua política agrícola e a execução do Plano Agrícola e Pecuário 2008-2009.

2.2.3.3. Comitê Consultivo Internacional do Algodão

A participação do Brasil no ICAC se reveste de fundamental importância para as negociações comerciais privadas principalmente no que tange a difusão e divulgação da qualidade do algodão brasileiro entre os principais importadores. Três resultados são notáveis nesta participação:

- De 2º maior importador mundial em há apenas 10 anos, o Brasil em 2009 exportou mais de 505 mil t. de algodão em pluma, ou mais de US\$ 685 milhões, tornando-se um dos maiores exportadores do produto
- O algodão brasileiro que antes era cotado com deságio sobre os preços de Nova York, hoje tem ágio expressivo nas cotações

- O Brasil ganhou dos Estados Unidos da América um dos mais importantes painéis disputados no âmbito da Organização Mundial do Comércio: o caso do algodão é considerado a mais importante vitória contra subsídios agrícolas na história do comércio mundial.

2.3. Programas sob a responsabilidade da unidade

A Secretaria de Política Agrícola foi responsável pela gerência de 2 programas no ano de 2009: (0360) Gestão da Política Agropecuária e (0365) Minimização de Risco no Agronegócio.

2.3.1. Relação dos programas e suas principais ações

2.3.1.1 Programa 0360 – Gestão da Política Agropecuária

Quadro 04 - Dados gerais do programa Gestão da Política Agropecuária

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, à sustentação da renda e à competitividade do agronegócio brasileiro
Objetivos específicos	Não definido
Gerente do programa	Edilson Guimarães
Gerente executivo	José Maria dos Anjos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Maria dos Anjos
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional - Índice de Capacitação em Competências - Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA - Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal

Quadro 05 - Principais Ações do Programa Gestão da Política Agropecuária

<i>Ação</i>	<i>Unidade Responsável</i>
01. 200E -Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária (NA e RAP 2008)	SPA
02. 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras (NA e RAP 2008)	CONAB
03. 4641 - PUP - Publicidade de Utilidade Pública (NA e RAP 2008)	GM
04. 4721 - Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio (NA e RAP 2008)	SE
05. 1K40 - Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (NA e RAP 2008)	GM
06. 10HD - Implantação do Projeto de Melhoria da Infra-estrutura da Sede do MAPA (NA e RAP 2008)	SE
07. 11TR - Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias (NA e RAP 2008)	SE
08. 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (NA e RAP 2008)	SE/MAPA
	EMBRAPA
	CONAB
09. 2272 - GAP - Gestão e Administração do Programa (NA e RAP 2008)	SPA

Em relação a este programa, a Secretaria foi responsável pela execução das ações 200E - *Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária* e 2272 - *Gestão e Administração do Programa*.

2.3.1.1.1. Ação 20.605.0360.200E – Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária

Quadro 06 - Dados gerais da Ação 20.605.0360.200E

Tipo	Atividade
Finalidade	Viabilizar as ações de política agrícola no apoio à agropecuária e ao agronegócio
Descrição	Gestão, normatização, acompanhamento e aperfeiçoamento constante do crédito rural; criação e estímulos à implementação e emprego de instrumentos de captação de recursos junto ao mercado financeiro, para aplicação privada e voluntária no agronegócio; acompanhamento do mercado de insumos da agropecuária; acompanhamento da conjuntura das diversas cadeias do agronegócio; desenvolvimento e aplicação de medidas de políticas agrícolas, que logrem estabilizar a renda da agropecuária e assegurar o suprimento de produtos da agropecuária para o mercado consumidor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Sávio Rafael Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Política Agrícola
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Oleaginosas e Fibras / Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Quadro 07 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.605.0360.200E

Proposta da SPA	R\$ 180.000,00
LOA	R\$ 180.000,00
Limite SIOR	R\$ 81.273,20
Descentralizado para SPA	R\$ 81.273,20

2.3.1.1.1.1. Resultados da Ação 20.605.0360.200E

Foram disponibilizados à Secretaria de Política Agrícola o valor de **R\$ 81.273,20** para atender as despesas da ação.

Em 2009 foram realizados três encontros técnicos, em Brasília/DF, que tomaram forma de curso técnico, com o objetivo de capacitar os funcionários desta Secretaria em assuntos importantes de usos indispensáveis, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas agrícolas específicas para o segmento e apresentar possíveis cenários futuros de mercado:

- “Atualização dos instrumentos de política agrícola – MAPA BM&FBovespa”, 12 e 13 de maio de 2009;
- “Curso Básico de GPS”, 01 a 03 de junho de 2009;
- “Curso de Geoprocessamento para o Software Terraview”, 01 a 03 de julho de 2009.

Esses cursos tiveram boa receptividade, contando com a presença de 46 pessoas, em média. Os participantes receberam pastas institucionais contendo o Plano Agrícola e Pecuário, folder com dados do setor e ficha de inscrição. O público contou com a presença de técnicos especializados no assunto, bem como palestrantes de renome na área, gerando discussões benéficas para o setor.

Foram gastos, com a execução da presente Ação, R\$ 29.966,81 em 2009.

Quanto à infraestrutura para a realização dos encontros, foi utilizado o auditório do próprio MAPA e, na realização do ao curso "Atualização dos Instrumentos de Política Agrícola – MAPA/BM&FBovespa”, o da Conab, em Brasília – DF.

Quadro 08 - Eventos Realizados Através da Ação da 20.605.0360.200E

<i>Denominação</i>	<i>Valor Gasto</i>	<i>Participantes</i>
Atualização dos instrumentos de política agrícola – MAPA BM&FBovespa	R\$ 10.507,18	112
Curso Básico de GPS	R\$ 11.247,43	12
Curso de Geoprocessamento para o Software Terraview	R\$ 8.212,20	12
TOTAL	R\$ 29.966,81	136

Além dos cursos já relacionados, técnicos da Superintendência Federal da Agricultura do Rio Grande do Sul - SFA/RS e da Secretaria de Política Agrícola participaram da Expointer-RS/2009, com recursos desta Ação, em Stand montado pelo Ministério, objetivando divulgar produtos da Secretaria, tais como: o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, os mecanismos de sustentação de preços: PEP, PEPRO, PROP, AGF, Contrato de Opção, as linhas de financiamento a juros subvencionados. Para atender às despesas do evento foi descentralizado à SFA/RS o valor de R\$ 5.000,00.

O detalhamento das execuções financeiras referentes a essas descentralizações constarão dos relatórios das respectivas unidades competentes.

Quadro 09 - Metas e Resultados da Ação 20.605.0360.200E

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	153.706,54	56.070,65	31,30%
Física	10	10	100%

2.3.1.1.2. Ação 20.122.0360.2272 – Gestão e Administração do Programa

Quadro 10 - Dados gerais da Ação 20.122.0360.2272

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Manoel Rodrigues dos Santos Junior
Unidades executoras	Secretaria de Política Agrícola
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Chefia de Gabinete
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Quadro11 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.122.0360.2272

Proposta da SPA	R\$ 3.907.000,00
LOA	R\$ 3.397.398,00
Limite SIOR	R\$ 1.695.076,95
Descentralizado para SPA	R\$ 1.650.560,19

2.3.1.1.2.1. Resultados da Ação 20.122.0360.2272

Em 2009, foi disponibilizado para esta ação o valor de R\$ 1.599.661,05, na categoria econômica custeio e R\$ 50.899,14, na categoria econômica investimento, totalizando 1.650.560,19, com a finalidade de se pagar despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Com os recursos desta ação são atendidas despesas relacionadas a serviços administrativos; aquisição de material permanente; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

A ação não apresenta indicador de desempenho, por não ser de caráter finalística. Nela estão inseridos os dispêndios decorrentes das atividades meio necessários ao desenvolvimento do programa. Algumas dessas despesas são realizadas diretamente pela Secretaria e outras por meio de descentralização de recursos a diferentes Unidades Gestoras e Unidades Orçamentárias.

Dos recursos disponíveis, R\$ 142.419,52 foram empenhados pela própria Secretaria de Política Agrícola para que pudesse realizar suas atividades. Do restante, R\$ 669.570,67 foi descentralizado a outras unidades gestoras e R\$ 838.570,00 foi objeto de destaque a outras unidades orçamentárias.

Quadro 12 - Recursos aplicados diretamente pela SPA na Ação 20.122.0360.2272 (R\$)

<i>Item de Gasto</i>	<i>Despesas pagas</i>	<i>Inscritos em RP</i>	<i>Total</i>
Diárias	137.358,58	0,00	137.358,58
Material de consumo (cartão corporativo)	3.436,28	0,00	3.436,28
Indenizações / Restituições	1.624,66	0,00	1.624,66
Total de despesas correntes	142.419,52	0,00	142.419,52

Em 2009 foram realizadas **245** ordens de serviços para atender as necessidades do programa:

- 194 deslocamentos no País de servidores lotados na SPA,
- 13 deslocamentos ao exterior de servidores lotados na SPA,
- 6 deslocamentos de colaborador eventual,
- 5 deslocamentos de servidores de outras unidades,
- 2 deslocamentos de servidores de outros órgãos,
- 16 ordens de serviço canceladas,
- 9 deslocamentos sem ônus.

No que concerne às viagens nacionais, os servidores da Secretaria participaram de eventos relevantes para a Política Agrícola brasileira e para o Agronegócio nacional, proferiram palestras, participaram de reuniões com produtores agrícolas, representantes do setor produtivo e membros de entidades públicas e privadas. Também foram realizados deslocamentos a diversas regiões do país, com vistas à obtenção de dados da agropecuária nacional, para subsidiar a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra 2009-2010.

Foram também custeadas viagens de colaboradores eventuais convidados para participar de mesas redondas promovidas pela Secretaria. A bagagem técnica e o conhecimento específico dos colaboradores eventuais, convidados pela Secretaria de Política Agrícola, possibilitaram uma rica troca de experiências com os demais participantes da mesa-redonda e com o público presente.

Em relação às viagens internacionais, a exemplo de anos anteriores, os servidores da Secretaria participaram de reuniões da Rede de Cooperação para a Análise das Políticas Agropecuárias nos Países do MERCOSUL, Bolívia e Chile (REDPA) e do Conselho Agropecuário do Sul (CAS); das reuniões ordinárias do Comitê de Agricultura; do Fórum Mundial sobre Agricultura; da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); das reuniões do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); da reunião com membros do GT3 (Grupo de Trabalho REDPA CAS) que trata do Manejo de Riscos e Seguros Agropecuários bem como participação no Seminário-Taller Regional sobre Gestão de Riscos Climáticos e Seguros Agropecuários, onde foi apresentada e relatada a situação do Sistema de Seguros Agropecuários no Brasil

Vale ressaltar a participação do Secretário de Política Agrícola como chefe da missão oficial organizada pelo MAPA em viagem aos Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, com o

objetivo de promover investimentos do agronegócio brasileiro no Oriente Médio, como forma de intercâmbio com países carentes de recursos naturais, com alta demanda por produtos agrícolas.

Por meio de cartão corporativo foram adquiridos materiais que não se encontravam disponíveis no Almoxarifado Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Em relação à rubrica indenizações / restituições, os valores foram utilizados para o ressarcimento de despesas com inscrições em eventos de interesse da Secretaria e ressarcimento a pagamentos efetuados por servidores para atender despesas com taxas aeroportuárias.

Por se trata de uma ação meio, considerações mais relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão dessa ação serão abordadas no item 2.4 deste Relatório. Trata-se de resultados alcançados pela Secretaria que não implicaram diretamente em gastos adicionais de recursos, mas que tiveram o seu desenvolvimento em benefício desta Unidade

Quadro 13 - Recursos da Ação 20.122.0360.2272 descentralizados a outras UG's (R\$)

<i>Item de Gasto</i>	<i>Total</i>	<i>UG</i>
Despesas com Locomoção (Passagens)	236.897,19	CGEF
Locação de mão-de-obra (Terceirizados)	257.642,11	CGEF
Outros serviços terceiros – pessoa física (estagiários)	42.797,23	CGEF
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	80.785,00	CGEF
Transferência intra-orçamentária - fundos	550,00	CGEF
Equipamento /material permanente	50.899,14	CGEF
<i>Total de despesas correntes</i>	<i>618.671,53</i>	
<i>Total de despesas de capital</i>	<i>50.899,14</i>	
Total	669.570,67	CGEF

O volume de recursos descentralizado à Coordenação-Geral de Execução Financeira (CGEF/SPOA) teve como finalidade:

- Aquisição de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais e terrestres para a realização de eventos de interesse da Secretaria de Política Agrícola;
- Promover o programa de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Secretaria de Política Agrícola, com o objetivo de preparar estudantes de nível superior e médio para o trabalho produtivo;
- Realizar o pagamento de terceirizados que prestam serviços de apoio às atividades finalísticas da Secretaria de Política Agrícola;

- Atender as despesas com serviços de tradução do idioma Português para o idioma Inglês do Plano Agropecuário 2009/2010;
- Atender despesas com serviços de organização de eventos de interesse da Secretaria de Política Agrícola;
- Promover capacitação e desenvolvimentos de servidores através dos cursos “Gestão de Documentos Públicos” e “PPA Elaboração e Gestão – Ciclo Básico”;
- Atender despesas com serviços de Telefonia (Fixa e Móvel);
- Adquirir equipamentos e material permanente visando à melhoria e modernização do ambiente de trabalho.

O detalhamento das execuções financeiras referentes a essas descentralizações e os correspondentes resultados obtidos constarão dos relatórios das respectivas unidades competentes (CGEF).

Quadro 14 - Recursos da Ação 20.122.0360.2272 descentralizados a outras UO's (R\$)

<i>Item de Gasto</i>	<i>Total</i>	<i>UG</i>
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	188.895,00	EMBRAPA
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	649.675,00	CONAB
<i>Total de despesas correntes</i>	<i>838.570,00</i>	
<i>Total de despesas de capital</i>	<i>0,00</i>	
Total	838.570,00	

Dentre os recursos, objeto de destaque a outras Unidades Orçamentárias, no exercício de 2009, destaca-se a importância de R\$ 188.895,00 à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e R\$ 649.675,00 à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

O recurso destinado à Embrapa foi utilizado para edição e publicação das quatro edições da Revista de Política Agrícola - RPA, a qual vem sendo publicada desde 1992, com o objetivo de ampliar o debate sobre a política agrícola brasileira e divulgar matérias relativas à execução dessas políticas. Durante os 18 anos de publicação, a RPA revelou-se parte ativa e influente no agronegócio brasileiro. As matérias sobre políticas de crédito, produção, metodologias de avaliação de preços colaboraram para o setor se tornar mais eficiente e competitivo. Atualmente, a RPA tem uma tiragem trimestral de 7 mil exemplares impressos. Além da revista impressa, a revista eletrônica é publicada no Portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e no da Embrapa. Com objetivo de documentação e memória é gravado um CD-ROM das 4 edições anuais.

O valor disponibilizado à Conab teve a finalidade de atender ao Plano de Trabalho firmado entre este Ministério e aquela empresa, com o objetivo de fiscalizar as operações subvencionadas em 2009 pelo Programa de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - PSR.

O detalhamento das execuções financeiras referentes a esses destaques e os correspondentes resultados obtidos constarão dos relatórios das respectivas unidades competentes (Embrapa e Conab).

Quadro 15 - Metas e Resultados da Ação 20.122.0360.2272 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	1.650.560,19	1.566.646,46	94,92%
Física	Não há meta física		

* Valor inscrito em restos a pagar em 31/12/2008: R\$ 30.245,03

2.3.1.2. Programa 0365 – Minimização de Riscos no Agronegócio

Quadro 16 - Dados gerais do programa 0365

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivos específicos	Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos
Gerente do programa	Edílson Guimarães
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Welington Soares de Almeida
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	- Percentual de Área Segurada - Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo - Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro - Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural
Público-alvo (beneficiários)	Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural

Quadro 17 - Principais Ações do Programa 0365

<i>Ação</i>	<i>Unidade Responsável</i>
01. Zoneamento Agrícola	SPA
02. Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	SPA
03. Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros	SPA
04. Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	INMET
5. Implantação da Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos	INMET
06. Gestão e Administração do Programa	INMET
07. Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural	MF

Em relação a este programa, a Secretaria foi responsável pela execução de três ações: *Zoneamento Agrícola, Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural e Julgamento de Recursos em Processos de Sinistro.*

2.3.1.2.1. Ação 20.601.0365.5920 – Zoneamento Agrícola

Quadro 18 - Dados gerais da Ação 20.601.0365.5920

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Reduzir os riscos climáticos na agricultura, diminuir perdas de safras, incrementar a produção e a produtividade agrícola, fortalecer e expandir o seguro rural e melhorar a aplicação do crédito rural.
Descrição	Identificação e dimensionamento dos riscos climáticos da atividade agrícola e o estabelecimento de épocas adequadas de plantio, com abrangência municipal, por espécie e cultivar, consoante suas características agronômicas e na capacidade de retenção hídrica dos solos de modo à minimização de tais riscos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Gustavo Bracale
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário / Departamento de Gestão de Risco Rural

Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.601.0365.5920

Proposta da SPA	R\$ 12.200.000,00
LOA	R\$ 12.200.000,00
Limite SIOR	R\$ 12.200.000,00
Descentralizado para SPA	R\$ 12.200.000,00

2.3.1.2.1.1. Resultados da Ação 20.601.0365.5920

A Ação tem como objetivo a minimização de perdas de safras agrícolas ocasionadas por eventos climáticos adversos, por meio da indicação de períodos de plantio por município, por cultura, correlacionados aos ciclos das cultivares e aos tipos de solos, visando diminuir as chances de adversidades climáticas coincidirem com as fases mais sensíveis das culturas.

O zoneamento agrícola de risco climático é um pacote tecnológico cuja observância é condicionante para o enquadramento das operações de custeio agrícola no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e no seguro da agricultura familiar, denominado PROAGRO MAIS. Além disso, é largamente utilizado pelos demais agricultores, agentes financeiros do crédito rural, entidades seguradoras, extensionistas rurais e pesquisadores, contribuindo para a orientação da aplicação do crédito agrícola e para o fortalecimento e expansão do seguro rural.

A execução, revisão anual e ajustes metodológicos dos zoneamentos agrícolas são processados por empresa especializada, que mantém em seu quadro de colaboradores uma equipe multidisciplinar de cerca de 50 especialistas. A ação conta ainda com o assessoramento técnico da EMBRAPA, que é responsável pelo desenvolvimento da metodologia utilizada.

Para a fiscalização, acompanhamento técnico da execução dos zoneamentos agrícolas, consolidação de informações técnicas sobre as cultivares e demais procedimentos administrativos para a publicação das portarias no DOU, essa Ação conta com 12 servidores em exercício na Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário do DEGER/SPA.

Os zoneamentos realizados, produtos dessa Ação, foram entregues mensalmente pela empresa executora à Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário/DEGER/SPA, conforme cronograma físico previsto em contrato. No exercício de 2009, os zoneamentos foram executados sob o amparo do contrato nº 22101/056/2007 de Zoneamento Agrícola do Brasil e de Termos Aditivos, firmados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a empresa executora

Agroconsult Ltda., cuja vigência estende-se até o ano 2012 e é decorrente do processo de licitação nº 21000.014578/2006-17, objeto da concorrência nº 1/2007.

Em 2009, a Ação atingiu 108,3% da meta física estabelecida, oportunidade em que foram executados 379 zoneamentos previstos em contrato. A meta foi superada em 29 estudos em função da incorporação de zoneamentos para o Estado do Pará, até então não disponibilizados e alterações/adiantamento na programação para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2009.

O valor comprometido com essa ação no exercício de 2009 foi de R\$ 12.199.563,10, integralmente utilizados no pagamento dos serviços executados pela Agroconsult.

Quadro 20 - Metas e Resultados da Ação 20.601.0365.5920 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	12.200.000,00	12.199.563,10	99,9%
Física	350	379	108,3%

2.3.1.2.2. Ação 20.846.0365.099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei Nº 10.823, de 2003)

Quadro 21 - Dados gerais da Ação 20.846.0365.099F

Tipo da Ação	Operações Especiais.
Finalidade	Viabilizar aos produtores rurais a redução nos custos de contratação de seguro rural, por meio da ampliação do acesso a esse instrumento de gerenciamento de risco de sua atividade, buscando convergir o valor que o produtor pode pagar pela contratação do seguro com o preço do prêmio que o mercado segurador exige para operar com equilíbrio atuarial.
Descrição	Pagamento de subvenção econômica correspondente à diferença entre o valor de mercado do prêmio do seguro rural e o valor pago pelos produtores rurais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola – SPA.
Coordenador nacional da ação	Eustáquio Mesquita de Sant' ana.
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Seguro Rural / Departamento de Gestão de Risco Rural.

Quadro 22 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.846.0365.099F

Proposta da SPA	R\$ 271.942.470,00
LOA	R\$ 176.000.000,00
Crédito Suplementar	R\$ 95.942.470,00
Limite SIOR	R\$ 179.263.482,29
Descentralizado para SPA	R\$ 179.263.482,29

Esta Ação tem por objetivo viabilizar o acesso do produtor rural ao benefício concedido pelo Governo no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que consiste no pagamento pelo MAPA de parte do prêmio de seguro rural contratado pelo produtor nas modalidades agrícola, pecuária, de floresta e aquícola. As operações subvencionadas são fiscalizadas por preposto do MAPA, atualmente a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por amostragem de, no mínimo, 2% do total de apólices contratadas.

O Quadro 23, a seguir, contém os percentuais de subvenção, por modalidade de seguro e culturas beneficiárias, bem como os limites financeiros por beneficiário que vigoraram no exercício de 2009. Os dados apresentados nesse quadro constam do Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR 2007/2009, divulgado pelo Decreto nº 6.002/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.709/2008. É importante mencionar que foram mantidos esses percentuais de subvenção e esses limites financeiros para o triênio 2010 a 2012, conforme Decreto nº 7.059, de 29/12/2009.

Quadro 23 - Percentuais de subvenção, por modalidade de seguro e culturas beneficiárias

Modalidades de Seguro	Grupos de culturas	Percentuais de Subvenção %	Limites em R\$
Agrícola	Feijão, milho segunda safra e trigo.	70	96.000,00
	Ameixa, aveia, canola, caqui, cevada, centeio, figo, kiwi, linho, maçã, nectarina, pêra, pêssego, sorgo, triticale e uva.	60	
	Algodão, arroz, milho e soja.	50	
	Abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alho, amendoim, atemóia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, cajú, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cherimóia, chuchu, couve-flor, ervilha, escarola (chicória), fava, girassol, goiaba, graviola, jiló, laranja, lichia, lima, limão e demais cítricos, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pepino, pimentão, pinha, quiabo, repolho, sisal, tangerina, tomate, vagem e demais hortaliças e legumes.	40	
ecuário		30	32.000,00
De Florestas		30	32.000,00
Aquícola		30	32.000,00
VALOR MÁXIMO SUBVENCIONÁVEL			192.000,00

2.3.1.2.2.1. Resultados da Ação 20.846.0365.099F

As ações para o aprimoramento do PSR tiveram continuidade ao longo de 2009, envolvendo Órgãos Federais, representações de produtores rurais e as empresas que compõem o mercado securitário. Podemos destacar a ampliação de 45 para 76 do número de culturas aptas a receber a subvenção ao prêmio do seguro rural na modalidade agrícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, situando o apoio governamental na faixa de 30 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. Na modalidade agrícola, o limite financeiro passou a ser de R\$ 96 mil. Para as modalidades de seguro rural pecuário, florestas e aquícola permaneceram o percentual de subvenção de 30% e o limite financeiro de R\$ 32 mil.

Além disso, na linha de aprimoramento dos mecanismos de apoio ao seguro rural, o Projeto de Lei Complementar nº 374/2008, de autoria do Poder Executivo, propõe a criação de um Fundo de Catástrofe para dar garantia às operações de seguro rural contra os efeitos climáticos considerados catastróficos. O referido PLC foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em março de 2010, seguindo agora ao Senado Federal para sua análise.

Em 2009, foram aprovados R\$ 271,9 milhões de recursos para esta Ação, 54% a mais que o valor alocado em 2008. Desse montante, foram utilizados R\$ 178,5 milhões com o pagamento da subvenção, proporcionando a contratação de 46.346 apólices de seguro, dando cobertura para 4,3 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 6,5 bilhões. Vale frisar que o desempenho desta Ação só não foi maior devido a não liberação em sua totalidade dos recursos suplementares aprovados pela Lei nº 12.109/2009, no valor de R\$ 90 milhões, o que permitiria o atendimento integral da demanda por subvenção por parte do setor securitário.

Embora não tenha sido estabelecida meta física para esta Ação, já que por suas peculiaridades não existe um produto e nem uma unidade de medida, os quadros a seguir permitem demonstrar melhor a execução orçamentária e os principais resultados obtidos.

Quadro 24 - Subvenção paga por produto

<i>Produtos</i>	<i>Número de Operações</i>	<i>Importância Segurada</i>	<i>Área Segurada (ha)</i>	<i>Prêmio Arrecadado (R\$)</i>	<i>Valor Subvencionado (R\$)</i>
Total	46.346	6.540.163.622	4.318.023	321.108.926	178.507.432
Soja	17.762	2.387.714.684	2.352.384	117.691.479	58.277.700
Trigo	5.996	623.591.840	492.943	48.003.218	33.352.490
Milho Safrinha	4.303	351.733.942	432.836	42.149.399	29.325.276
Milho	3.583	531.708.168	499.879	26.695.845	13.241.633
Uva	4.779	481.236.962	19.230	18.250.214	10.843.280
Maçã	621	139.090.498	7.569	12.616.500	7.335.096
Arroz	2.385	433.721.865	226.192	10.437.771	5.149.930
Tomate	901	167.544.349	6.093	8.824.138	3.515.519
Caqui	406	42.358.839	1.763	5.313.429	3.174.120
Ameixa	545	76.370.077	1.344	3.651.982	2.173.370
Feijão	368	73.172.968	21.396	2.843.559	1.984.052
Pêssego	606	31.473.685	1.666	3.044.067	1.808.315
Café	867	307.980.702	36.713	4.184.523	1.653.467
Cebola	1.161	100.899.039	6.754	3.968.282	1.566.025
Algodão	143	62.172.978	19.653	3.112.288	1.551.954
Cana de açúcar	810	218.994.628	122.545	2.379.409	933.174
Florest.e refl.	226	407.161.020	58.291	3.134.776	677.679
Pecuária	253	45.289.262	0	1.586.306	460.338
Nectarina	67	3.064.039	117	400.766	238.647
Laranja	67	15.687.760	3.966	585.701	232.676
Figo	31	3.175.207	79	270.517	161.242
Alho	51	7.196.666	343	372.102	147.793
Cevada	55	5.162.569	4.022	209.925	123.975
Goiaba	84	2.148.438	72	246.498	96.647
Morango	49	3.979.173	76	227.658	90.671
Pêra	21	1.430.559	61	122.938	73.079
Batata	14	3.758.307	266	159.307	63.611
Pimentão	55	2.719.436	144	160.494	63.325
Repolho	30	3.372.207	143	143.455	57.094
Tangerina	14	1.544.950	170	96.443	38.241
Canola	9	694.800	772	24.858	14.591
Cenoura	2	599.310	39	31.063	12.393
Lichia	5	365.000	16	30.095	11.998
Alface	12	815.318	69	22.943	9.033
Beterraba	9	396.325	58	20.851	8.236
Chuchu	16	372.100	45	16.208	6.355
Melancia	3	184.021	28	13.806	5.450
Berinjela	6	270.936	18	13.018	5.111
Kiwi	2	99.199	5	8.459	5.004
Pepino	11	245.770	27	10.979	4.304
Atemóia	4	128.930	5	10.430	4.140
Aveia	3	140.100	171	6.317	3.754
Limão	2	180.180	41	6.407	2.515
Abobrinha	3	120.216	13	5.497	2.175
Vagem	4	77.560	6	3.872	1.517
Couve-flor	2	19.040	1	1.135	438

Quadro 25 - Subvenção paga por Estado

ESTADOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES	IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)	ÁREA SEGURADA (ha)	PRÊMIO ARRECADADO (R\$)	VALOR SUBVENCIONADO (R\$)
Total	46.346	6.540.163.622	4.318.023	321.108.926	178.507.432
Paraná	17.434	1.438.572.709	1.382.427	98.830.857	59.457.257
Rio Grande do Sul	8.199	1.218.158.169	538.045	46.270.007	25.676.695
São Paulo	6.461	897.762.205	325.977	44.173.091	24.440.934
Mato Grosso do Sul	2.198	401.008.380	436.545	27.953.527	16.270.735
Goiás	2.933	592.307.020	506.747	25.392.235	13.410.834
Minas Gerais	3.184	812.776.356	339.029	25.025.593	11.698.363
Santa Catarina	3.482	319.439.930	113.250	19.259.944	9.986.040
Mato Grosso	1.412	495.685.624	457.224	18.162.571	9.622.221
Bahia	581	193.242.943	145.159	11.566.541	5.743.012
Piauí	77	19.309.295	15.918	1.450.950	723.165
Tocantins	100	101.828.683	19.086	1.091.912	534.634
Maranhão	56	16.346.698	15.048	988.078	492.164
Distrito Federal	103	17.485.425	20.775	580.383	294.496
Rondônia	21	2.458.609	2.310	168.440	83.590
Espírito Santo	101	12.517.518	387	162.826	63.733
Rio de Janeiro	3	1.240.000	82	31.615	9.431
Rio Grande do Norte	1	24.059	15	357	130

Quadro 26 - Metas e Resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	179.263.482,29	178.507.432,00 (*)	99,6%
Física	Não há		

(*) Incluindo restos a pagar.

2.3.1.2.3. Ação 20.122.0365.2157 – Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros

Quadro 27 - Dados gerais da Ação 20.122.0365.2157

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Decidir, em instância administrativa única, sobre pedidos de indenização de produtores rurais relativos a sinistros em empreendimentos enquadrados no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO e proceder ao seu monitoramento.
Descrição	Recebimento dos recursos encaminhados pelos agentes do PROAGRO, autuação na Comissão Especial de Recursos - CER, análise dos pedidos de cobertura, inclusão em pauta das Turmas de julgamento, publicação da decisão no DOU, complementação dos autos e devolução aos Agentes para cumprimento das decisões proferidas. Recebimento e análise de dados das operações de crédito de custeio e de comunicação de perdas dos empreendimentos enquadrados no PROAGRO. Recebimento e análise de dados agroclimatológicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Gustavo Bracale
Unidades executoras	Comissão Especial de Recursos

Quadro 28 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação 20.122.0365.2157

Proposta da SPA	R\$ 600.000,00
LOA	R\$ 600.000,00
Limite SIOR	R\$ 315.502,70
Descentralizado para SPA	R\$ 314.723,04

2.3.1.2.3.1. Resultados da Ação 20.122.0365.2157

Esta ação tem como objetivo dar suporte à Comissão Especial de Recursos - CER para decidir, em instância administrativa única, sobre os pedidos de cobertura apresentados pelos produtores rurais e indeferidos pelos agentes financeiros, em operações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, que é administrado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

No exercício de 2009 foram autuados 4.231 recursos, sendo que 4.187 foram julgados, representando um nível de realização de 98,9%, ficando bem próximo à meta física prevista de 4.500 recursos julgados e propiciando aos correspondentes mutuários a quitação de seus créditos de custeio

agrícola. Cabe ressaltar, no entanto, que a equipe tem trabalhado no limite de sua capacidade de análise e julgamento, dada a estrutura atual de servidores da CER.

Ainda assim, concorreram para o julgamento tempestivo dos recursos impetrados em 2009, o apoio técnico e administrativo do Mapa, representado por 16 servidores, os esforços da equipe de analistas de processos, atualmente 6 servidores, além dos membros do colegiado da Comissão Especial de Recursos – CER/PROAGRO, não havendo atrasos significativos no julgamento de recursos de operações referentes a safras anteriores.

O monitoramento agroclimático, que garante suporte fundamental às análises da CER e ao zoneamento agrícola de risco climático, teve continuidade em 2009, com a execução do Termo de Cooperação Técnica para manutenção e desenvolvimento do Sistema de Monitoramento Agrometeorológico - Agritempo, firmado em 20.07.09 entre o MAPA e a EMBRAPA Informática Agropecuária - CNPTIA, com destaque orçamentário para aquele Centro no valor de R\$ 249.134,00. Deste montante, foram executados R\$ 248.354,34 e a diferença restituída para a Ação e conseqüentemente anulada.

O mencionado Termo de Cooperação Técnica tem como objetivo efetuar o acompanhamento sistemático do efeito clima nas culturas agrícolas, permitindo acesso ágil e eficaz, em escala nacional, regional, estadual e municipal, aos parâmetros climáticos que influenciam o desenvolvimento e a produtividade das lavouras, tais como: precipitação pluviométrica, temperatura, déficit hídrico, ocorrências de geadas e granizos, disponibilidade de água no solo, evapotranspiração real e potencial, estiagem agrícola e veranicos.

Em 2009 foi iniciado o desenvolvimento de nova funcionalidade no Agritempo, o chamado módulo SISMAG, cujo objetivo é a obtenção de informações sobre as operações de crédito de custeio agrícola e perdas em operações do PROAGRO, registradas no Banco Central do Brasil (Sistemas RECOR e PGRO). Este sistema de monitoramento agrícola terá as seguintes características: carga das informações do zoneamento agrícola e do BACEN, geração de relatórios a partir do cruzamento das informações do BACEN e do zoneamento agrícola, com acompanhamento mensal de custeio agrícola, monitoramento de operações de custeio agrícola para cruzamento com eventos climáticos, verificação tempestiva das causas das comunicações de perdas em empreendimentos agrícolas com operações de custeio e verificação da intensidade dos eventos climáticos, comparando-se os indicativos do sistema Agritempo e do zoneamento agrícola de risco climático.

Foram gastos, também, R\$ 60.700,63, para atender as despesas junto à Imprensa Nacional referente às publicações de matérias da CER e do Zoneamento Agrícola no Diário Oficial da União. A partir de julho de 2008, por determinação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, esta despesa passou a ser paga pela Coordenação-Geral de Execução Financeira (CGEF/SPOA). Assim, foi descentralizado à CGEF o valor correspondente para pagamento dessas despesas.

Quadro 29 - Metas e Resultados da Ação 20.122.0365.2157 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 314.723,04	R\$ 309.054,97	98,2%
Física	4.500	4.187	93,04%

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Evolução das receitas e despesas

2.4.1.1. Programação Orçamentária

Quadro 30 - Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA	22101	130002

Quadro 31 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes (em R\$)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Exercícios							
LOA (1)	Dotação proposta pela UO					213.121.747	286.787.000
	PLOA					213.121.747	198.543.670
	LOA					170.697.398	186.477.398
CRÉDITOS (2)	Suplementares					16.000.000	101.742.470
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total						186.697.398	288.219.868

Quadro 32 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO					220.000	100.000
	PLOA					220.000	100.000
	LOA					220.000	100.000
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total						220.000	100.000

Quadro 33 - Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	213.121.747	286.787.000	220.000	100.000		
	PLOA	213.121.747	198.543.670	220.000	100.000		
	LOA	170.697.398	186.477.398	220.000	100.000		
CRÉDITOS	Suplementares		16.000.000	101.742.470	-	-	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		186.697.398	288.219.868	220.000	100.000		

A Dotação proposta apresentada pela Secretaria foi de R\$ 286.787.000,00 para despesas correntes. Esse montante era significativamente superior à proposta de 2008, principalmente por conta da intenção do Governo em ampliar a subvenção ao prêmio do seguro rural, com o consequente aumento do número de zoneamentos agrícolas e da fiscalização do seguro rural. Entretanto, a LOA não contemplou esses incrementos, sendo necessários créditos suplementares da ordem de R\$ 101.742.470,00, o que só ocorreu no final do ano.

Em 2009, a Secretaria elaborou o orçamento para bens de capital prevendo recursos bem menores dos constantes em 2008, haja vista que naquele exercício uma boa parte dos móveis e equipamentos da Unidade foi renovada. Entretanto, por problemas burocráticos e entraves administrativos, teve dificuldades para adquirir os bens planejados para compra no exercício de 2009. O fato ocorreu porque a Unidade responsável pela execução dos processos de compra passou a exigir processos mais bem elaborados, devolvendo, já no final do ano, todos os processos encaminhados no decorrer do exercício que não atendiam às novas exigências. A Secretaria procurará, em 2010, treinar

um servidor na elaboração de termos de referência e em processos de compra em geral, bem como maximizará o uso dos recursos previstos no orçamento de 2010 para realizar as compras pendentes de 2009 e as do próprio exercício.

Quadro 34 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora (1)	Classificação da ação (2)	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	135100	221012012203602272			540.000,00
	Concedidos	135027	221012012203652157			177.491,81
	Concedidos	135081	221012012203602272			165.059,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	135100	221012012203602272			36.200,00
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

2.4.1.2. Execução Orçamentária

Quadro 35 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	6.713.550,70	12.199.563,10	6.682.655,08	12.199.563,10
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	6.398.471,14	12.199.563,10	6.398.471,14	12.199.563,10
Pregão	315.079,56		284.183,94	
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	15.416,25		15.416,25	
Dispensa	600,00		600,00	
Inexigibilidade	14.816,25		14.816,25	
Regime de Execução Especial	1.804,84	3.436,28	1.804,84	3.436,28
Suprimento de Fundos	1.804,84	3.436,28	1.804,84	3.436,28
Pagamento de Pessoal (*)				
Pagamento em Folha (*)				
Diárias (contratações por diárias)				
Outros	159.565.987,92	179.403.719,73	148.739.623,75	169.752.970,70

(*) Informações a constarem no Relatório da Secretaria Executiva do MAPA (130002)

Quadro 36 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

1ª Parte

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>				
<i>2º elemento de despesa</i>				
<i>3º elemento de despesa</i>				
Outros elementos do grupo				
2 - Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>				
<i>2º elemento de despesa</i>				
<i>3º elemento de despesa</i>				
Outros elementos do grupo				
3 - Outras Despesas Correntes	166.296.759,71	191.606.719,11	155.440.150,51	181.955.970,08
<i>1º 339045 Equalização de Taxas e Preços (subvenção ao Seguro Rural)</i>	159.417.492,64	179.228.581,51	148.591.128,47	169.577.832,48
<i>2º 339039 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</i>	6.440.571,14	12.199.563,10	6.410.326,11	12.199.563,10
<i>3º 339033 Passagens e Locomoção (*)</i>	273.579,56		273.579,56	
Outros elementos do grupo	165.116,37	178.574,50	165.116,37	178.574,50

(*) Executado pela CGEF, do MAPA (130005)

2ª Parte

Grupos de Despesa	RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>				
<i>2º elemento de despesa</i>				
<i>3º elemento de despesa</i>				
Outros elementos do grupo				
2 - Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>				
<i>2º elemento de despesa</i>				
<i>3º elemento de despesa</i>				
Outros elementos do grupo				
3 - Outras Despesas Correntes	30.245,03	5.184.157,66	155.346.461,72	177.603.344,02
<i>1º 339045 Equalização de Taxas e Preços (subvenção ao Seguro Rural)</i>		5.184.157,66	148.497.439,68	165.225.206,42
<i>2º 339039 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</i>	30.245,03		6.410.326,11	12.199.563,10
<i>3º 339033 Passagens e Locomoção (*)</i>			273.579,56	
Outros elementos do grupo			165.116,37	178.574,50

(*) Executado pela CGEF, do MAPA (130005)

Quadro 37 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								

Os recursos para aquisição de equipamentos e material permanente, de interesse desta Secretaria, no montante de R\$ 50.899,14 foram descentralizados à CGEF (UGE 13005) para empenho e execução.

Quadro 38 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0360		Denominação: Gestão da Política Agropecuária				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 57.286.194,00	78.523.918,00	53.944.451,12	39.000.968,81	14.456.855,74	37.843.374,04	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Grau de Alinham. entre o Planej. Estrat. e o Operacional	31/12/2009	20,00	100,00	(*1)	100,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
(Número de iniciativas estratégicas em execução / Número total de iniciativas estratégicas)*100						
Análise do Resultado Alcançado:						
Todas as iniciativas estratégicas estão em execução e alinhadas ao PPA 2008-2011. A antecipação da meta se deu em função do pleno alinhamento das iniciativas estratégicas à primeira versão do PPA 2008-2011. Quando as metas foram planejadas, havia a expectativa que na primeira construção não se conseguiria um alinhamento total, sendo necessário então se utilizar dos momentos de revisão anual do PPA. Porém, as revisões não foram necessárias. Data: 31.12.2009.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Índice de Capacitação em Competências	31/12/2009	7,00	72,00	48,00	22,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
(Total de horas investidas em capacitação / Total de pessoas capacitadas no período)*100						
Análise do Resultado Alcançado:						
O Mapa não recebeu recursos suficientes para atingir a meta de 48 horas/aula, média por servidor capacitado em 2009.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Índice de Satisfação com a Comunic. Interna no MAPA	31/12/2009	20,00	90,00	(*1)	(*2)
Fórmula de Cálculo do Índice:						
(Total de horas investidas em capacitação / Total de pessoas capacitadas no período)*100						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este índice é aferido por meio de Pesquisa de Satisfação, a qual não foi realizada neste ano. Data:31.12.2009						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Taxa de Melhoria dos Processos-Chave de Trabalho	31/12/2009	5,00	45,00	45,00	50,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
(Número de processos-chave de trabalho melhorados / Número total de processos-chave de trabalho)*100 Critérios: Benefício, Cliente externo, Abrangência, Operacionalidade, Investimento, Cliente interno (coesão e motivação)* * Metodologia: Sistema de seleção ponderada						
Análise do Resultado Alcançado:						
Índice calculado a partir da base estimada de 100 processos-chaves. Em 2009 foram mapeados e melhorados 50 processos-chave de trabalho. Justificativa: esse número de processos mapeados e melhorados é resultado do esforço concentrado cuja finalidade é acelerar o cronograma de implantação da Gestão Por Processos no MAPA, passando à etapa de informatização dos processos. Data de mensuração: 07/01/10. Informações relativas aos trabalhos finalizados até 31/12/2009.						

FONTE: SIPLAN (dados físicos e analíticos) e SIAFI Gerencial (dados financeiros)

*1 - Não consta no SIGPLAN

*2 - Este Índice é aferido por meio de Pesquisa de Satisfação, a qual não foi realizada no ano de 2009.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0365		Denominação: Minimização de Riscos no Agronegócio				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 221.109.930,00	315.412.468,00	219.186.390,36	206.389.985,26	12.798.385,04	198.776.171,18	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual da Área Segurada	31/12/2009	1,90	26,00	12,12	11,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre a área plantada segurada e a área plantada total..						
Análise do Resultado Alcançado:						
Os dados estatísticos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural ainda não foram fechados, posto que R\$ 90 milhões de recursos, aprovados pela Lei nº 12.109, de 09.12.2009 e destinados ao pagamento das apólices contratadas após a edição da citada Lei, ainda não foram liberados ao MAPA. Por conseguinte, o índice apontado é uma estimativa, já que as apólices que serão subvencionadas com o citado valor ainda estão em poder das seguradoras e somente serão encaminhadas após a liberação dos recursos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo	31/12/2009	79%	95%	90%	87%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre os acertos dos boletins e o total das previsões elaboradas.						
Análise do Resultado Alcançado:						
No ano de 2009, o índice apurado para o Brasil foi de 87%, valor 1% menor do que o obtido no ano de 2008, que foi de 88%. Isso demonstra que a previsão de tempo elaborada pelo INMET para o Território Nacional continua mantendo os padrões definidos e a qualidade exigida pelos usuários. Além disso, foram emitidos avisos meteorológicos para diversas regiões do país, principalmente para fenômenos como chuva moderada a forte com trovoadas e rajadas de vento ocasionais, possibilidade de queda de granizo e acumulado significativo de chuva, os quais foram enviados dentro dos padrões de excelência exigidos. Isso contribuiu para tomadas de decisão da Defesa Civil, sendo também de extrema importância para os demais usuários.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreend. Enquadrados no PROAGRO	31/12/2009	16	14	0	15
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de Comunicação de Perdas - COP referentes a causas climáticas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e o número total de operações enquadradas no PROAGRO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O clima ao longo de 2009 foi desfavorável à atividade agrícola em algumas regiões. No primeiro trimestre do ano, principalmente nos Estados de MS, SP, SC, PR e RS, ocorreram períodos de veranicos intensos que resultaram em perdas agrícolas mais severas em função de seca. Outro fator que também influenciou negativamente a agricultura local foi o excesso de chuvas na Região Norte/Nordeste, principalmente nos Estados do Pará, Maranhão e Ceará, no período de março a maio. Por fim, nos últimos meses de 2009 foi verificado excesso de chuvas no Sul e Sudeste, fator que também contribuiu para maior ocorrência de perdas.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural	31/12/2009	23	52	52	49
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de contratos de custeio agrícola com adesão do Proagro e o número de contratos de custeio agrícola.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice apurado em 2009 foi inferior ao de 2008, confirmando uma tendência de migração de enquadramentos no Proagro para o seguro rural privado. .						

FONTE: SIPLAN e SIGPLAN (dados físicos e analíticos) e SIAFI Gerencial (dados financeiros)

Quadro 39 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20	122	0360	200E	Atividade	4	Unidade	10	10	
20	122	0360	2272	Atividade	4	Não há meta física			
20	601	0365	099F	Operações Especiais	3	Não há meta física			
20	122	0365	2157	Atividade	4	Unidade	4.534	4.187	
20	601	0365	5920	Projeto	3	Unidade	350	379	

3. Recursos Humanos da Unidade

3.1. Composição dos Recursos Humanos da Unidade;

Quadro 40 - Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	58	58	
Próprios	43	43	
Requisitados	15	15	
Celetistas	1	1	
Cargos de livre provimento	22	22	
Estatutários	22	22	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	7	7	
Total	88	88	

Fonte: COPES/CGRH/SPOA/SE/MAPA

Quadro 41 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	44	1.000.078,86	289.658,21	458.365,21		200.906,16
2008	44	1.012.712,13	301.878,45	678.291,32		233.963,13
2009	45	1.056.370,52	318.670,85	587.163,10		144.239,96
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009	1		67.438,52			
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	25		1.366.085,71			71.321,91
2008	26		1.192.599,09			64.432,18
2009	26		942.574,80	39.126,32		46.424,86
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	1		79.971,10			
2008	1		97.403,98			
2009	1		97.779,60			
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	15		807.338,75			
2008	16		811.529,11			
2009	14		641.513,01			

Fonte: COPES/CGRH/SPOA/SE/MAPA

3.2. Contratos de terceirização de mão-de-obra;

Quadro 42 - Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007			6	218.225,64			5	25.320,00
2008			6	231.319,32			7	32.388,00
2009			6	248.552,93			7	46.080,00

Fonte: COPES/CGRH/SPOA/SE/MAPA

Quadro 43 - Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
Início	Fim	AT	EF	AT	EF				
Observação:									

Não houve, na Secretaria, mão de obra terceirizada na área-fim.

3.3. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade

Não há

3.4. Situação dos recursos humanos da Secretaria

Na área fim, a Secretaria tem uma grande carência de pessoal, contando com apenas 53 técnicos, sendo que 31 dos quais são efetivos e 22 são cargos em comissão sem vínculo, o que, além de insuficiente em relação ao rol de atividades a cargo da SPA, evidencia uma insegurança quanto à continuidade dos trabalhos, dada a instabilidade dos servidores sem vínculo. A proposta que está sendo discutida, ainda no campo político, é criar os cargos e uma carreira de especialista em política agropecuária, e selecionar, via concurso público, técnicos com formação e conhecimento em economia agrícola, seguro rural e zoneamento agroclimático. A idéia é criar uma carreira estruturada e bem remunerada, a fim de atrair profissionais competentes do mercado de trabalho.

Na área meio, a Secretaria conta, também, com 53 servidores, sendo 34 efetivos, 4 cargos em comissão sem vínculo e 15 terceirizados (sete na área administrativa e oito em serviços de copa, garçom e limpeza). Em atendimento a compromisso assumido pelo Ministério, os sete servidores terceirizados que atuam na área administrativa deverão ser desligados até o mês de julho de 2010, mediante a extinção do contrato com a empresa prestadora desse tipo de serviço. O Ministério está realizando concurso público para a contratação de servidores efetivos a fim de repor esses prestadores de serviço. Há risco de descontinuidade das atividades, caso a reposição dos prestadores de serviço não ocorra antes dos desligamentos.

Destaca-se, também, a necessidade de treinamento dos novos contratados, dada a complexidade e a diversidade de atividades que irão executar. O esforço que está sendo feito é para que sejam contratados e iniciem suas atividades com tempo necessário para que haja o treinamento e o repasse das tarefas antes do desligamento dos atuais terceirizados.

Alguns dos servidores efetivos estão próximos à aposentadoria podendo haver também vacâncias por outros motivos, inclusive posse em outros cargos não acumuláveis. Esse fato preocupa, já que o Ministério não conta com uma política de reposição de seu quadro. O concurso que está sendo realizado é apenas para repor o pessoal terceirizado.

A Secretaria conta, ainda, com sete estagiários, os quais recebem orientação de seus supervisores e dos demais técnicos da SPA, sendo preparados para o mercado de trabalho. Em contrapartida, executam atividades compatíveis com o nível de aprendizado a que estão situados.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

Não há.

5. Inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;

Quadro 44 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Rubrica 339039)

CONTA CORRENTE	INSTITUIÇÃO	SALDO EM 31/12/2009 (R\$)
2008NE900006	BRASIL TELECOM S/A	3.949,41
2008NE900007	BRASIL TELECOM S/A	12.500,00
2008NE900008	EMBRATEL	10.693,82
2008NE900009	VIVO S/A	1.478,93
2008NE900011	EMBRATEL	1.622,87
TOTAL		30.245,03

Destinam-se a custear serviços de telefonia, cujas faturas foram contestadas junto às empresas de telecomunicações, sendo que ainda estão em análise.

De acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 7.057, de 29/12/2009, a validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008, foi prorrogada até 31/12/2010.

Quadro 45 - Restos a Pagar de 2009 (Rubrica 339045)

CONTA CORRENTE	INSTITUIÇÃO	SALDO EM 31/12/2009 (R\$)
2009NE900009	UBF SEGUROS S.A.	2.712.648,41
2009NE9000010	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL	346.922,47
2009NE9000011	ALLIANS SEGUROS S/A	110.335,14
2009NE9000013	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS	19.836,45
2009NE9000021	MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	67.346,64
2009NE9000089	MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	1.915.000,00
2009NE9000090	NOBRE SEGURADORA DO BERASIL S/A	12.068,55
TOTAL		5.184.157,66

Destinam-se a custear a subvenção do Seguro Rural de apólices contratadas e apresentadas pelas seguradoras no final de 2009, sem que houvesse tempo suficiente para processamento e pagamento dentro do próprio exercício.

6. Transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição;

Não há.

7. Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Não há entidades fechadas de previdência complementar patrocinada pela Secretaria.

8. Projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve projetos ou programas financiados com recursos externos pela Secretaria.

9. Renúncia Tributária

Não houve Renúncia Tributária por parte da Secretaria

10. Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos

Não se aplica

11. Determinações e recomendações do TCU

Número do acórdão: Acórdão nº 1709/2007 – Plenário – TCU, da Sessão Extraordinária Reservada que ocorreu no dia 22/08/2007 e consta da Ata nº 31/2007 - Plenário.

Descrição da determinação ou da recomendação: O TCU determinou à Secretaria de Política Agrícola “informar, nas próximas contas, todas as providências adotadas com vistas à contratação de serviços técnicos especializados para a implantação e execução de monitoramento de safras agrícolas”.

Setor responsável pela implementação: Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário / Departamento de Gestão de Risco Rural.

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

Quanto à implantação e execução de monitoramento de safras agrícolas temos a informar:

- a) Já está sendo desenvolvido um sistema informatizado para o monitoramento das operações de crédito de custeio e perdas com enquadramento no PROAGRO pela EMBRAPA Informática Agropecuária - CNPTIA.
- b) Para a execução do monitoramento agroclimático de safras, o Termo de Cooperação Técnica, firmado inicialmente em 2006, entre o MAPA, o INMET e a EMBRAPA, foi renovado em 2007, 2008 e 2009, sendo que, para o presente exercício (2010), ainda está em fase de ajustes.

12. Informações quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativas aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do Art. 7º da IN/TCU nº 55/2007;

Informação a constar no Relatório da Secretaria Executiva do Ministério.

13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabeleceu o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008;

Informações a constarem no Relatório da Secretaria Executiva do MAPA (130002), unidade responsável por realizar contratações.

14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão;

14.1. Despesas com cartão de crédito

Quadro 46 - Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas.

	<i>Fatura</i>		<i>Saques</i>	
	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>
2006	0	0,00	0	0,00
2007	2 faturas	R\$ 872,10	0	0,00
2008	3 faturas	R\$ 1.804,84	0	0,00
2009	7 faturas	R\$ 3.436,28	0	0,00

Quadro 47 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 5.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: Saques, outros estabelecimentos, serviços e artigos eletrônicos	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 2.000,00	
Portador: Deusdedit Guimarães Rocha Filho	Limite: R\$ 2.000,00

A Secretaria tem minimizado a utilização dessa modalidade de despesa, limitando a atender situações emergenciais face à inexistência de materiais no almoxarifado central.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

15.1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SECRETARIA DE POLITICA AGRICOLA – SPA/MAPA		420012	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2009
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

15.2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas;

Não se aplica.

15.3. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas

Não se aplica..

15.4. Participação Acionária

15.4.1. Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação;

Não se aplica.

15.4.2. Investimento permanente em outras sociedades (investidora);

Não se aplica.

15.5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito

Não se aplica.

16 CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS - Vinculadas à Justiça Federal

Não se aplica.

Brasília, DF, 30 de março de 2010.

Edilson Guimarães

Secretário de Política Agrícola